

## V

### “VAMOS FAZER, CHEGA DE DISCURSO”: Camponeses e a organização política no Sudoeste do Paraná (1964-1985)

*Ricardo Callegari<sup>1</sup>*

Este texto é resultado das pesquisas de mestrado<sup>2</sup> e do doutorado<sup>3</sup>, dialogamos a partir de uma pergunta central: a partir de qual lugar, de quais referências os camponeses se sentiram fortes para ocupar fazendas improdutivas e radicalizarem suas formas de luta na década de 1980? Como, mediante ao enquadramento imposto pela Ditadura Civil-Militar, construíram espaços de organização política para debaterem sobre as contradições vividas? Neste capítulo, problematizamos sobre as relações políticas e sociais construídas por camponeses durante os anos de 1964 até 1985, período histórico marcado pela Ditadura Civil-Militar e pela reestruturação produtiva no campo e que culminou nas oposições sindicais da década de 1980 e na formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES) e, posteriormente, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para não tratarmos os “enfrentamentos abertos” da década de 1980, (oposições e ocupações de fazendas improdutivas), é necessário compreender e problematizar como os camponeses tradicionais interpretaram e se relacionaram com a “política moderna” do período. Este processo, entretanto, não pode ser tratado de forma mecânica (modernização criando a luta). Os camponeses estavam presentes/inseridos nos processos de transformação e interpretavam este momento que estavam vivendo. Não existe alguma força externa atuando sobre algum material bruto, indiferenciado e

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela UNIOESTE de Marechal Cândido Rondon.

<sup>2</sup> CALLEGARI, Ricardo. **Entre Lutas, Valores e Pressões**: Juventude Rural Sem Terra e a Organização Social do Trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan. Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Programa de Pós- Graduação em História, 2015 (dissertação de mestrado), 161p.

<sup>3</sup> CALLEGARI, Ricardo. **“GENTE NÃO É BOI DE CARRO, PRO CARRO DE BOI PUXAR”**: Camponeses e a Organização Política no Sudoeste do Paraná (1964/1985). Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Programa de Pós-Graduação em História, 2020 (Tese de Doutorado), 207p.

indefinível de humanidade, transformando em seu outro extremo, uma “vigorosa raça de seres”, como alertou Thompson ao analisar o movimento operário inglês no século XIX.

A *Revolução Verde*, ou modernização conservadora da agricultura (a partir de agora: reestruturação produtiva) e suas contradições já foram amplamente debatidos pela historiografia. Podemos citar os estudos de José de Souza Martins,<sup>4</sup> Wenceslau Gonçalves Neto,<sup>5</sup> Davi F. Schreiner,<sup>6</sup> Beatriz Heredia<sup>7</sup> e Márcio Both.<sup>8</sup> Estas pesquisas, de literatura mais crítica sobre o processo, evidenciam como tal desenvolvimento não resolveu os problemas agrários vivenciados pelos camponeses no Brasil. Problematizam, pelo contrário, como este processo de transformação tornou insuportáveis as condições de vida e trabalho, deixando à margem do processo, milhares de famílias camponesas.

Compartilhamos das leituras feitas, na qual apontam, para que esta reestruturação produtiva no campo significou um movimento do capital para ampliar seu controle sobre o trabalho e a produção da sociedade. Estas leituras utilizam como instrumentais teóricos basilares as interpretações de Marx,<sup>9</sup> sobre as formas de apropriação da renda da terra pelo capital<sup>10</sup>.

---

<sup>4</sup> MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>5</sup> NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>6</sup> SCHREINEIR, Davi F. **Entre a exclusão e a utopia**: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais. 2002. Tese de Doutorado- USP, São Paulo, 2002.

<sup>7</sup> HEREDIA, Beatriz (et al). Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n.74, p. 159-176, out. 2010.

<sup>8</sup> BOTH, Márcio Antônio. **Trajetórias na fronteira**: a modernização da agricultura e seus impactos no Oeste do Paraná (1960/1990).

<sup>9</sup> MARX, Karl. A renda da terra. In: **O capital**: crítica a economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI; tradução Reginaldo Sant’Anna, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 1037/1071.

<sup>10</sup> Para Marx, a renda no capitalismo pode assumir quatro formas: *monopolista* (quando o conjunto da sociedade está disposta a pagar preços muito altos para adquirir um produto oferecido de forma reduzida), *absoluta* (quando os proprietários de terras, que dispõem de quantidade expressiva de terras, estabelecem um acordo entre si para não as colocar à disposição da produção agrícola, quando os preços oferecidos pelo mercado não forem satisfatórios), a *renda diferencial 1* (definida com base na fertilidade do solo e localização das terras em relação ao mercado) e a *diferencial 2* (refere-se aos efeitos das aplicações de capital e o capital para melhorar a produtividade do solo, do escoamento e da melhoria nas técnicas e maquinários).

Do nosso ponto de vista, a renda diferencial 2 é a que mais sofreu alterações com a reestruturação produtiva na região Sudoeste durante as décadas pesquisadas e que continuam, ainda hoje, a aumentar as desigualdades no campo. Uma das contradições nesta forma de organizar a produção e o capital no campo, está no controle exercido pelos capitalistas que possuem as tecnologias referentes a estas aplicações. Estes novos métodos de cultivo (tratores, sementes geneticamente melhoradas, insumos) tendem a desvalorizar métodos e formas anteriores, de domínio dos camponeses e a aumentar a dependência com as grandes empresas (que possuem a tecnologia) ou com os bancos (que emprestam o dinheiro para o investimento). De qualquer modo, neste caso, a renda diferencial da terra passar a ser transferida (ou diminuí) dos camponeses para a indústria ou os bancos e, conseqüentemente, diminuí para os camponeses. É importante destacar que o problema central não é a utilização de tecnologias, mas sim, o controle exercido sobre esta tecnologia: cada vez mais concentrada nas mãos de poucos capitalistas.

Compreendemos que esta sujeição da renda da terra ao capital, característica fundamental para a expropriação do trabalho camponês e para a complexificação das formas de produção capitalista no campo, ocorre no Brasil e no Sudoeste principalmente a partir da década de 1960 e tornou hegemônica nas décadas seguintes.

Este desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira era parte de um pensamento de que o atraso agrário seria superado pela modernização e não pela reforma agrária. Esta concepção, cuja base é a produção em grande escala e voltada para a exportação, se deve, segundo Ruy Mauro Marini<sup>11</sup> as relações de dependência que o Brasil ocupa no mundo.

A ideia de capitalismo dependente foi desenvolvida, inicialmente, por Ruy Mauro Marini, cientista social exilado pelo período da ditadura militar do Brasil e, posteriormente, a do Chile. Esta teoria, debatida também por Theotônio dos Santos<sup>12</sup> e Vânia Bambirra,<sup>13</sup> preconiza a ideia de que o Brasil e a América Latina fazem parte de uma totalidade de um sistema global, porém, não estão no centro do sistema, mas na periferia. Para Marini, a economia capitalista é organizada por monopólios, no qual poucos capitais

---

<sup>11</sup> MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini vida e obra**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2. ed., 2011.

<sup>12</sup> SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y dependencia**. México: Ediciones Era, 1978.

<sup>13</sup> BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular. 2013.

controlam expressivas porcentagens da produção e apropriação dos resultados das vendas da força de trabalho.

Um dos principais desdobramentos, para os países periféricos como o Brasil, é a organização da economia voltada para a exportação. A estratégia baseia-se na produção de *commodities* em grande escala. Ou seja, países se constituindo como fornecedores de matéria prima para a produção de mercadorias pelos países centrais e, para isso, destinando a maior parte das terras produtivas para este fim. Deste ponto de vista, a reestruturação produtiva, iniciada na década de 1960, foi uma das principais responsáveis por assegurar e potencializar a organização desta forma de produção.

Uma das características da política de reestruturação produtiva na região Sudoeste do Paraná consistiu em aumentar a produção de grãos, seguindo a lógica nacional. Segundo dados do IPARDES, durante os anos de 1975 a 1980, milho e soja se destacaram pelo aumento enquanto que a de feijão permaneceu nos mesmos patamares. A produção de milho e soja tiveram aumento de 215 toneladas e 80 toneladas respectivamente. Enquanto que a de feijão uma diminuição de 25 toneladas.

Esta quantidade produzida reflete também na quantidade de área destinada as suas produções. Neste mesmo período, 1975 a 1980, a área plantada de soja foi a que representou maior elevação, cerca de 54 mil hectares a mais. Em seguida a de milho, com 35 mil hectares. Por outro lado, a área destinada a produção de feijão durante este período diminuiu cerca de 66 mil hectares.

Os dados notabilizam como foi a utilização da terra de maneira extensiva na região. Isto é, como as diferentes produções aumentaram ou diminuíram suas extensões de terras cultiváveis. Mas, também como, de maneira intensiva, ocorreram as variações. Ou seja, como o incremento de tecnologia, contribuiu para o aumento de produtividade. A extensividade e a intensividade estiveram relacionadas mais diretamente nas produções de milho e soja

Outra característica da reestruturação produtiva foi a maior utilização de máquinas com tração mecânica. Esta entrada da tecnologia contribuiu para mudanças na forma de organizar o trabalho no campo. Em 1970, a quantidade de tratores na região era de 185 unidades, enquanto que na década seguinte, o número aumentou significativamente para 4091 tratores. Um aumento superior a 2000% num período de 10 anos. O aumento de 1980 a 1995, em porcentagem é menor, porém não deixa de ser expressivo: 187%. É praticamente o dobro de tratores em 15 anos. E se compararmos a

década de 1970 e 1995 o aumento é de 4155%.

## **“Logo que o pessoal entrou na arapuca fechou a arapuca”: A reestruturação produtiva do capital na agricultura pela fala dos camponeses**

O aumento produtivo de determinados cultivos agrícolas e o incremento de máquinas e insumos químicos, por sua vez, transformaram a relação do camponês com a terra e com o trabalho. Há mudanças na cultura de cultivar a terra. Ocorre uma desvalorização de antigas práticas de trabalho, habilidades e conhecimentos, em detrimento das novas técnicas ditas “modernas”. Da mesma forma, uma concentração e maior controle do processo produtivo por parte das cooperativas e indústrias de máquinas agrícolas, sementes e insumos químicos.

Numa carta encaminhada a Assesoar, por Afonso Liesenfelder, identificado pelo Boletim Cambota como agricultor de Medianeira, há uma reflexão sobre o controle das grandes empresas, a “semente selecionada” e o controle e conhecimento popular sobre as mesmas:

VALORIZE O QUE É SEU: Muito já foi falado e escrito sobre semente selecionada. E tudo o que dizem se resume nisso: “germina melhor. É mais pura. Produz mais”. Isto é uma mentira para enganar o agricultor.

Talvez algum agrônomo se arrepie todo ao ouvir isto que estou dizendo. “Mas isso é demais”, dirão eles. Não é não. É isso e bem isso. Vejamos!

*De onde sai esta semente “selecionada”? Pois é... sai da roça do agricultor. É isso mesmo, sai das nossas lavouras.*

*E o que fazem os donos das sementes particulares e as cooperativas com essa semente para ser “selecionada”? Limpam. Ora, limpar eu também posso com a trilhadeira ou um simples ventilador. Que mais eles fazem? Passam em peneiras de maneira que separam os grãos pequenos. Isto qualquer agricultor pode fazer. Para isto já existem os selecionadores de semente. Mas, notem bem, isto não é preciso, pois muita semente pequena germina melhor do que a grande.*

*E depois, o que fazem mais? Eles fazem o expurgo da semente. Muito bem! Mas saibam que isso eu também faço, e já desde anos. Estou até fazendo com o feijão para comer e não dá um caruncho. Mas como é que se faz o expurgo? É só misturar inseticida, de preferência pó com a semente. Mas deve-se usar somente inseticida para cereais*

*comestíveis*. Pois no caso de sobrar semente, pode-se comer, dar aos animais ou vender. Dá para usar Malagran Super e Gessaverol. Cuidado para não confundir Gessaverol com Gessarol. Gessarol não serve, pois é veneno também para o homem e os animais. Só o Gessaverol é bom. Mistura-se 1 kg de Gessaverol em 1000 kg de grãos. Ou ½ kg de Malagran Super em 1000 kg de grãos. Após a mistura bem-feita, a semente é ensacada ou guardada em granel. Sendo para o plantio é melhor ensacar e cada 30 ou 40 dias polvilhar por fora das bolsas. Assim nenhum inseto vai atacar a semente. Se é milho para trato é bom passar um pouco de pó por cima.

*Que fazem mais as cooperativas e sementeiras?* Empilham as bolsas mal cheias (50 kg) em pilhas fechadas. Nem ar não entra. Fazem assim por falta de espaço. E isto faz com que muita semente perca a germinação. Eu faço diferente. Encho bem as bolsas. Ficam esticadinhas. Empilho com folga. O ar passa. E com o polvilhamento o pó chega em toda a pilha. Assim a minha semente própria fica melhor do que a “selecionada”.

*E a injeção que eles fazem na semente?* Ah bom! Injetam dinheiro e injetam (tiram) [ejetam] semente (50 kg)! Assim a tal semente “selecionada” produz mais do dobro, mas para eles! Por que vendem (50 kg) pelo dobro do preço.

Deixo o meu conselho: cada um guarda a própria semente. Claro, semente boa, seca. Logo após a colheita façam o teste da germinação. Isto é, plante 100 sementes, regue cada dia. Se nascerem 80 sementes e mais, a semente é boa. Daí faça logo o expurgo e aguarde o plantio fazendo dias antes um novo teste de germinação ou até vários testes. Assim você nunca plantará semente ruim.

Resumindo, digo: se a tal semente selecionada sai da nossa lavoura, ela vai produzir mais se é guardada em casa. Neste caso sim ela dá mais lucro para o colono, porque esse, planta mais barato (CAMBOTA, ano 5, nº 30, nov-dez, 1978, p. 10, *grifos* no original).

Por mais que seja um trecho longo, ele é representativo sobre as disputas envolvendo o controle popular sobre o conhecimento no processo produtivo. Seu relato já começa apresentando, do seu modo, um primeiro conflito: entre o conhecimento científico (representado pelo agrônomo) e o conhecimento popular (representando pelas suas experiências). Mas o faz esta crítica de maneira que não ignora a ciência, afinal, seus conhecimentos também envolvem sistematizações (quantidades, reações, métodos), experiências (ou testes), explicações de fenômenos e formulações racionais. A crítica refere-se a quem a “ciência” serve e, do seu ponto de vista, naquela

situação das sementes, havia uma ciência que servia ao lucro das cooperativas e não para os camponeses.

Outra contradição que ele se dedica a compreender é o paradigma de produzir sementes em “sua lavoura”, mas, caso queira plantar novamente, ter de comprar sementes “selecionadas”. No ver de Afonso, as Cooperativas e as sementeiras faziam um trabalho de selecionar e armazenar as sementes que os camponeses também sabiam e poderiam fazer. Pelo fato, segundo ele, dos camponeses perderem o controle deste processo é que seus “lucros” ficavam cada vez menores, pois eram acumulados pelas Cooperativas.

É significativo como nesta carta ele apresenta detalhadamente suas experiências e quais as conclusões que chegou. O objetivo de detalhar de tal maneira e enviar para a Assesoar é de difundir para o maior número de pessoas estes conhecimentos. Assim, como detalha suas experiências, apresenta com muita profundidade o funcionamento do processo de “seleção” das sementes pelas Cooperativas. Na forma como este material é escrito e publicado, há a apresentação das disputas sobre o controle no processo produtivo, dos conhecimentos e da tecnologia para tal, mas também, possibilita pensar qual o papel das Cooperativas: será que elas não deveriam ajudar a diminuir os custos de produção para os camponeses em vez de aumentá-los?

Paralelamente ao controle exercido pelas Cooperativas às sementes, ocorreram expulsões de várias famílias camponesas das terras. O relato de Jaime traz os conflitos a respeito daquele contexto histórico. Ele é camponês do município de Capanema/PR. Anos mais tarde se tornou uma das lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em seu relato destaca como a reestruturação produtiva atingiu muitos outros camponeses e destaca os agregados:

Por que antes eles [os agregados] arrendavam terra, tinham que conseguir dar uma renda pro proprietário. Com a mecanização esse pessoal teve que ir tudo pros morros. Então não era um problema de morro só na cidade, era morro também aqui nas terras, na agricultura também e que daí não se viabilizava economicamente (JAIME, 59 anos, Capanema-PR, 10/01/2018).

Estabelece uma relação com os “morros” da cidade. Utiliza-se de uma metáfora para explicar o aumento da pobreza no campo e na cidade. Os morros no campo são locais íngremes e, geralmente, com presença de grande quantidade de pedras. É um lugar difícil de cultivar determinados

produtos, principalmente aqueles que necessitam ser cultivados todo ano após sua colheita (culturas temporárias, tais como: grãos e pastagens). É um lugar difícil também de mecanizar, se caracterizando, portanto, como um lugar marginal ao cultivo agrícola, segundo a interpretação de Jaime, e, desta forma, inviável para aqueles que precisam sobreviver a partir daquele espaço de terra.

Mas quem eram essas pessoas que saíam do campo em direção as cidades? Qual era a relação que possuíam com a terra que, a partir da reestruturação produtiva, não permaneceram?

Observamos que neste sentido, na organização da produção na região havia a presença de “agregados”. O agregado era o camponês que trabalhava e morava em terras que não eram suas por escritura. Esta relação consistia na “concessão” de uma parcela da propriedade para terceiros, mediante pagamento de renda. Por meio disto, repassava uma parte do fruto de seu trabalho ao proprietário. Este pagamento podia ser em produtos, horas de trabalho ou em dinheiro.

Era uma relação que estava presente, na maioria das vezes, em propriedades em que a mão de obra disponível na família proprietária não supria a demanda de trabalho existente, havia a possibilidade de outra família vir morar sem afetar a economia familiar. Nesta parcela de terra, a família de “agregados”, podia morar e plantar para alimentação e/ou comercialização mediante pagamento de renda ao proprietário da terra. Esta forma de trabalho diminuiu ao longo dos anos. Uma das razões é que com a entrada de máquinas e insumos a mão de obra familiar presente na propriedade supria as necessidades de trabalho e, por outro lado, com o maior investimento feito pela família, havia a necessidade de aumentar a produção (e destinar toda a terra para este fim).

As narrativas, neste sentido, de Seno Statz são significativas. Seno foi assentado no Assentamento Perseverança, em Marmeleiro. Quando gravamos a entrevista, em outubro de 2019, fazia poucos dias que haviam se mudado para a cidade de Francisco Beltrão. Segundo ele esta decisão não foi fácil de tomar, “por que vivemos a vida inteira na roça. Agora é como viver numa caixa de fósforos”, mas foi necessária devido as condições de saúde dele e de sua esposa. Em Francisco Beltrão, ficam mais próximos do Hospital Regional onde fazem os tratamentos médicos.

Seus pais vieram para a região em 1960. Em 1973, compraram uma pequena propriedade em Francisco Beltrão, mas como eram em 8 filhos, em suas palavras, “não tinha lugar para todo mundo e eu como era o mais ve-



lho fui o segundo a casar e então tive que sair para arrendar terra”. A solução encontrada foi então arrendar uma propriedade na comunidade de Tancredo Bene no município de Salgado Filho (hoje essa localidade pertence ao município de Manfrinópolis). Pelo arrendamento, sobre tudo o que colhiam, pagavam 30% ao proprietário. Essa relação vivida por Seno traduz-se em um sentimento de injustiça em sua fala na entrevista, observado no semblante e no modo enfático e pausado, ao ritmo da mão direita que batia sobre a mesa, demarcando cada expressão sobre o contrato informal ao qual ele e sua esposa estavam submetidos.

Depois de dois anos mudaram-se para uma chácara dos padres saletinos, em Francisco Beltrão, na Linha Osvaldo Cruz. A relação de trabalho, entretanto, tornou-se a mesma da anteriormente vivida:

Ali também, eu pagava, *além de cuidar da chácara*, eu pagava 25% de renda de milho, feijão, arroz e suínos que vendesse. Daí fiquei de [19]79 até [19]85. Tu imagina pagar 25% de renda? É terrível, não te sobrava nada! Tu trabalhava o ano todo e não sobrava! (SENO, 65 anos, Francisco Beltrão/PR, 2019).

Ao falar do pagamento, o entrevistado dá ênfase ao fato de ter que cuidar da chácara e ainda pagar a renda. Nos termos do acordo é provável que a diferença menor em 5% no pagamento da renda se dá por este motivo do cuidado. Mesmo nestes termos o sentimento de que o pagamento era muito alto e injusto marca sua narrativa. Por mais que as condições de remuneração fossem injustas, Seno e sua família permaneceram durante 6 anos como agregados da propriedade dos padres saletinos. As possibilidades naquela conjuntura, não permitiam que eles vislumbrassem a compra de terras como forma de permanecer no campo e sair daquela condição.

Ele também destaca como as propriedades que aceitavam agregados eram poucas: “não era assim (estala os dedos para demonstrar sentimento de facilidade e/ou rapidez) para conseguir terra” e, por sua vez,

Quem tinha terra ele te dava os lugar mais ruim, você arrumava a terra, quando ela tava arrumada e pronta ele pegava para ele e tu tinha que achar outro lugar. Então isso era normal, era comum na época. Então, o que passava na cabeça das pessoa, da minha e da maioria do pessoal do grupo que eu levei [para a ocupação em 1985] era de um dia ter um pedaço de terra para *não ter que ficar rolando pra cá e pra lá* e não ter que ficar pagando renda (SENO, 65 anos, Francisco Beltrão/PR, 2019).

Em 1985, saiu da propriedade e ingressou no acampamento de famílias sem terra, organizado pelos Sindicatos e pelo Mastes, na fazenda Perseverança em Marmeleiro.<sup>14</sup> Como na narrativa de Jaime, a de Seno também aparece à injustiça referente aos morros e aos piores lugares para se trabalhar e produzir. Entretanto, a interpretação de Seno apresenta mais um elemento: a da quantia de trabalho necessário para tornar aquela terra produtiva e que depois, na hora de produzir nela, com as curvas de nível e a destoca feitas, o proprietário reivindicava aquele terreno e mandava embora os agregados. Seno, ao dar este destaque, está chamando a atenção para como o trabalho dedicado pela família, para transformar a terra e a natureza ao seu favor, não era pouco.

Este trabalho, do cultivo das plantas, dos cuidados com os animais, portanto, exige técnica, conhecimento, cuidado, acompanhamento. E, a partir do momento em que planta-se uma árvore, faz-se uma horta, um jardim, modifica-se o local de modo que ele vai tornando-se um lugar “bom de viver”, organizado de seu jeito, conforme sua cultura, para se viver lá e viver bem na medida do possível.

Deste ponto de vista, o trabalho de cultivar contribui para constituir nos sujeitos que o fazem uma cultura, elaborando uma identidade. Ao fim, tem-se ali um sentimento de pertencimento, um modo de vida, uma cultura, na concepção de Raymond Willians.<sup>15</sup> Ou seja, nas práticas de arar, plantar, cuidar, colher, cultivar, entre outros, os trabalhadores também vão se constituindo com e por meio delas como sujeitos, (re)elaboram suas identidades, sentidos e sentimentos de pertencimento a uma ambiência.

Portanto, por isso que é difícil quando esses camponeses precisam ir para outro lugar. Por isso que a *itinerância*, o “rolar pra lá e pra cá” na expressão de Seno Statz (SENO, 65 anos, Francisco Beltrão/PR, 2019), é conflituosa<sup>16</sup> e rememorada pelos camponeses como um momento de dramaticidade em suas vidas. Este processo é denominado de “A Longa Marcha”, por Ariovaldo Umbelino de Oliveira<sup>17</sup> ou a “caminhada no chão da noite” por

---

<sup>14</sup>Trataremos sobre a prática de ocupações de terra logo a frente.

<sup>15</sup> WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011b.

<sup>16</sup> Para mais ver LAVERDI, Robson. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas**: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo Oeste do Paraná. Ed. Aos Quatro Ventos, Curitiba, PR: 2005, 341p, que aborda a problemática da itinerância.

<sup>17</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro (org). **A Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2016, p. 329-361.

José de Souza Martins.<sup>18</sup> Quando os camponeses precisam ir se deslocando em uma caminhada sem fim (do sul para cá, na própria região e depois para o Mato Grosso do Sul e hoje para a Amazônia legal). Essa caminhada é uma caminhada constante e cheia de conflitos, que traz angústias para as famílias e gera conflitos. Nessa itinerância, que se deve a muitos fatores, de expulsão em expulsão vão caminhando na tentativa de sobreviver e de manter a sua cultura.

Esta caminhada no chão da noite levou muitos camponeses para outras regiões e/ou para as cidades. Em 1970 a população rural na região Sudoeste era de 345.959 (81%), no ano de 1980 diminuiu para 301.607 (64%), ou seja, um decréscimo de 17%. Entre os anos de 1970 e 1980 a população rural diminuiu 44.352 pessoas, o equivalente a 4.435 pessoas por ano. Entre 1970 e 1980 mais de 100 mil camponeses deixaram o campo. E a década de 1990 caracteriza-se por ser o momento histórico em que a população do campo e cidade se equiparam na região. Atualmente, estima-se que a população que vive no campo é de 20 a 25%<sup>19</sup>.

Diante de tantas contradições, como os camponeses percebiam a solução dos problemas? Qual era a preocupação dos camponeses na escolha dos representantes sindicais? Quem deveria resolver os problemas apontados por eles? Na tabela a seguir organizamos as respostas de uma pesquisa feita pela Assesoar em 1969.

**Tabela 1:** A quem caberia a solução dos problemas (resultado da pesquisa feita pela Assesoar com os camponeses em 1968 e 1969)

Indicação	Número	Porcentagem
O governo, a prefeitura	265	54,4%
O padre	84	17,3%
Os dois juntos	7	1,4%
Só o povo unido	72	14,8%
Povo, prefeito, padre	16	3,3%
Não sabe, sem resposta	43	8,8%
Total	487	100%

Fonte: ASSESOAR, 1970.

<sup>18</sup> MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

<sup>19</sup> Os dados do último Censo 2006, apontam para 30%. Como não houve outro Censo Demográfico a população do campo atual é estimada em números menores que este.

É significativo notar como para mais de 81% dos camponeses a solução não passava pela organização popular. A solução antes de tudo deveria vir do Estado ou da Igreja. Essa relação com a política denota para aquilo que Hobsbawm,<sup>20</sup> ao analisar os camponeses na Inglaterra, chama de *subalternidade* ou *inferioridade*. Os camponeses se sentem inferiores e, portanto, não se percebem como agentes transformadores. Romper com esta percepção sobre si é um desafio histórico para os camponeses, segundo o autor. Todavia, essa interpretação precisa ser relativizada, haja vista, o protagonismo dos camponeses na organização de movimentos de contestação e a participação em processos revolucionários, vide a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em 1957, a Revolta do Contestado em 1914/1916 e o próprio processo de enfrentamento às contradições da reestruturação produtiva na região Sudoeste.

Deste contexto, várias são as perguntas que surgem. Se, por um lado, a Ditadura Militar buscou limitar e proibir a atuação política dos camponeses nos Sindicatos e, por outro lado, mas como face da mesma moeda, os Sindicatos cumpriam um papel de “anestesiá-los” as lutas, quais eram os espaços políticos que os camponeses participaram durante este “tempo histórico”? Como, em meio a tamanhas contradições (expulsões das terras, transformações nas relações de trabalho, controle das grandes cooperativas e indústrias sobre a tecnologia), organizaram-se politicamente os camponeses? Quais e como foram as *práticas sociais organizadas* por eles?

## **“A minha luta começou dentro da Igreja”: Igreja e camponesinato no Brasil e no Sudoeste**

Como catequista, como coordenador de jovem quando era jovem, depois como ministro da eucaristia. Depois daí quando começou as ocupações de terra (...), quando ouvi falar que os agricultor iam ocupar terra eu comecei a me preparar para ir ocupar também. Comecei a me preparar dentro dos grupos eclesiais de base, dos grupos de família, né?! O grupo que eu coordenei pra levar pro movimento sem terra era um grupo de família que eu tinha, mais ou menos 25 famílias (SENO, 65 anos, Francisco Beltrão/PR, 2019).

A frase deste subtítulo e o trecho da entrevista são de Seno Statz. Ele, ao narrar sua trajetória política na organização dos camponeses sem

---

<sup>20</sup> HOBBSAWM, E. J. Os camponeses e a política In: **Pessoas extraordinárias: resistência, rebeldia e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

terra da região, pontua como iniciou com trabalhos pastorais na Igreja. Apresenta também, como os grupos de famílias foram instrumentos que potencializaram os processos de luta pela terra na região, pois era nesses espaços que se encontravam para refletir e encaminhar alternativas aos problemas vividos.

Como vimos, a década de 1960 marca um processo de grande transformação na agricultura regional, gerando contradições e conflitos. Uma das instituições que mais atuou neste período junto aos camponeses na região foi a Igreja. Esta atuação não estava isenta de intencionalidade e houve um movimento da própria Igreja neste sentido.

A atuação da Igreja Católica no Brasil, no Paraná e na região está inserida, segundo Veronese,<sup>21</sup> Battisti<sup>22</sup> e Castelano,<sup>23</sup> no contexto em que a Igreja Católica, a nível mundial, se preocupava em se “atualizar”. As transformações do capitalismo geravam desigualdades sociais e econômicas que atingiam a população pobre no mundo todo, gerando muitas contradições, conflitos sociais (Maio de 1968, na Europa) e até revoluções (Cubana, em 1959). A Igreja Católica, em grande medida, contestava as desigualdades do capitalismo, mas como afirmou Claudino Veronese, o objetivo era que “os leigos preparados pela Ação Católica atuassem no interior da sociedade capitalista, não na perspectiva de substituí-la por outro tipo de sociedade, mas para torná-la mais humana e mais justa”<sup>24</sup>.

No Sudoeste do Paraná, na década de 1960, “iniciou em algumas Paróquias da Diocese de Palmas este novo tipo de pastoral”. Essas Paróquias “buscavam levar os católicos a se comprometerem mais profundamente com a causa das populações rurais”<sup>25</sup>. Esta “nova pastoral” estava baseada no método desenvolvido pela Ação Católica de “ver-julgar-agir”: ver a realidade, julgar à luz da fé e agir para superar as contradições.

Este “comprometimento” exigia a construção de instrumentos de

<sup>21</sup> VERONESE, Claudino. **O papel pedagógico da ASSESOAR no apoio à estruturação da cidadania dos ex-possesores do Sudoeste do Paraná**. 1998. 244f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Ijuí, UNIJUI/RS, Ijuí, 1998.

<sup>22</sup> BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. In: **Campo-Território**, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

<sup>23</sup> CASTELANO, Maria José. **A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua atuação juntos aos movimentos sociais rurais nas décadas de 1970 e 1980 no oeste do Paraná**. 2018. 154 p. (Tese de Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21210/2/Maria%20Jos%C3%A9%20Castelano.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2019.

<sup>24</sup> VERONESE, Claudino. **O papel pedagógico da ASSESOAR...** 1998, p. 150.

<sup>25</sup> Idem, p. 143.

estudos e espaços políticos, para que a realidade pudesse ser compreendida, identificada os seus problemas e para que a construção de alternativas fosse a partir da “causa” dos camponeses. Desta perspectiva, a estratégia adotada pela Igreja na região foi, além de fundar Sindicatos, fundar a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) e se aproximar dos camponeses a partir dos Grupos de Reflexão.

A Assesoar foi fundada em 1966. O primeiro encontro da Associação ocorreu no Ginásio La Salle, no município de Francisco Beltrão. Nesta assembleia definiu-se a primeira direção, o estatuto e os objetivos da organização.

Foi constituída por 33 jovens camponeses, com apoio de padres belgas. Estes padres estavam na região Sudoeste já contribuindo no desenvolvimento de outras atividades, como a Catequese Familiar, a formação dos Sindicatos. Pertenciam ao movimento de “atualização” da Igreja ligado aos Missionários do Sagrado Coração (MSC) e à Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos (CISC) com sede em Bruxelas, Bélgica. Tinham uma relação com a Ação Católica e com a Juventude Agrária Católica (JAC), grupos internos à Igreja. Vieram ao Sudoeste do Paraná no início dos anos de 1960 e participavam de cursos promovidos pelo Movimento por um Mundo Melhor (MMM)<sup>26</sup>.

Uma das primeiras diretrizes, descrita no Estatuto da Associação, elaborado em sua Assembleia de criação no dia 08 de fevereiro de 1966, afirmava que seu objetivo era “promover melhores condições de vida aos trabalhadores na lavoura e na pecuária e um maior desenvolvimento rural, de acordo com a Doutrina Social da Igreja Católica”. Isto é, uma Associação que possibilitava “repudiar o liberalismo econômico (que combatia a interferência do Estado na questão social), quanto as ideias comunistas que pregavam a eliminação da propriedade privada (coletivismo) e das classes sociais”<sup>27</sup>.

Outra linha básica definida foi de que a direção da organização seria presidida sempre por camponeses, afinal, como relata um dos associados,

---

<sup>26</sup> O MMM foi um movimento de renovação pastoral do pós-guerra, com sede em Roma, Itália, aprovado como tal pelo Vaticano em 1952 e que teve uma grande disseminação na Europa e na América Latina principalmente durante as décadas de 1950 e início de 1960. Para saber mais, consultar: FARIAS, Damião Duque de. As primeiras iniciativas reformistas católicas no Brasil: a experiência do M.M.M. (Movimento por um Mundo Melhor) na Arquidiocese de São Paulo. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

<sup>27</sup> BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. In: **Campo-Território**, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006, p. 5.

“era uma associação dos trabalhadores rurais, então a eles cabia sua administração”<sup>28</sup>. A escolha dos diretores era feita em Assembleia Geral Ordinária com os camponeses associados. Alguns elementos fizeram com que a diretoria de ser presidida por camponeses não fosse aplicada inteiramente durante os primeiros 12 anos (1966 a 1978). Entre 1966 a 1975 foram comerciantes que a presidiram e de 1976 a 1978 foram padres.

Por um lado, havia o regime militar, que muito perseguiu movimentos e instituições ligadas a lutas populares, principalmente as do campo, entre 1976 e 1978 (período de vigência do Ato Institucional número 5). Este contexto contribuiu para que a Assesoar criasse meios de defesa e resistência, enquanto instituição e, da mesma forma, construísse formas de enfrentamentos ocultos (não diretos) sem “escandalizar”<sup>29</sup> os camponeses nem questionar profundamente o *status quo*.

A fala do padre belga Afonso Niss, que presidiu e acompanhou a Assesoar no período, contribui para compreendermos a conjuntura da época e os cuidados que os representantes da Associação tiveram que tomar.

Eu fui presidente da Assesoar durante dois anos e antes também eu já participava, era do quadro dos diretores. Estes dois anos eu assumi esta responsabilidade por causa da ditadura militar. Os militares eles tinham um certo receio de enfrentar os padres e o bispo<sup>30</sup>.

Este contexto foi de combate ao comunismo e as organizações dos trabalhadores foram *enquadradas*, muitas passaram a atuar na clandestinidade. Logo, instrumentos políticos dirigidos por trabalhadores ou camponeses, que incentivavam o questionamento das contradições vividas e os problemas que enfrentavam podiam levantar suspeitas de que a Assesoar fosse um espaço de ação comunista, sendo possível a repressão, por parte dos militares no poder. A escolha dos padres para a direção da mesma foi uma forma de dificultar a repressão por parte da Ditadura, segundo Afonso Niss, padre entrevistado pela Assesoar em 1996, em função da comemoração dos 30 anos da Associação.

Entretanto, para além desta interpretação que aponta a perseguição da Ditadura como motivo de não colocar camponeses na direção, há outros elementos. Um deles era o fato de que, segundo a Igreja, “não haviam agricultores com formação necessária para lidar com todos os desafios que

---

<sup>28</sup> ASSESOAR. Vídeo comemorativo 30 anos. 1996.

<sup>29</sup> ASSESOAR. Levantamento Sócio Religioso Sudoeste Paraná. 1970.

<sup>30</sup> ASSESOAR. Vídeo comemorativo 30 anos. 1996.

a Assesoar se propunha a resolver”,<sup>31</sup> posicionamento que se difundia principalmente entre os setores mais conservadores da Igreja.

Esta posição a respeito da falta de preparo dos camponeses dialogava, por um lado, com o tipo ideal de liderança que a Igreja vislumbrava: católicas e com uma postura mais moderada a respeito do *status quo* da sociedade. Isso implica dizer que os cargos executivos de diretores, tesoureiro e secretário eram indicados pela Igreja. Foram, portanto, comerciantes, pequenos empresários e padres<sup>32</sup>. Por outro lado, esta forma de compreender os camponeses é uma percepção muito forte dos outros sobre eles. Sendo que eles aparecem muitas vezes acompanhados da falta de alguma coisa: falta de capacidade, falta de consciência sobre os desafios, falta de religiosidade. Há, nesta interpretação, um sentimento de tutela por parte da Igreja para com os camponeses. Sentimento de que os camponeses eram sujeitos frágeis, que precisavam de proteção e formação.

Com estas diretrizes a Igreja, a partir da Assesoar, fez cursos de formação para os mais de três mil catequistas responsáveis pela Catequese Familiar na região e para os Ministros de Eucaristia. Estes vinham, uma vez por ano, a Francisco Beltrão participar destes cursos que visavam à formação paroquial. Estudavam a realidade da região, aprendiam o que eram os sacramentos, discutiam sobre a renovação da Igreja, a missão do catequista e a relação com os adolescentes. Eram ações de formação pastoral, mas para além destas ações, houve outro espaço construído na região e que melhor exemplifica como muitos camponeses, a partir da “cultura religiosa” de certa forma conservadora, construíram formas de organização e propostas mais radicais: os Grupos de Reflexão ou Comunidades Eclesiais de Base.

Estes Grupos eram de até 10 pessoas e todos possuíam um coordenador(a) e um secretário(a) e tiveram uma grande aceitação dentro das comunidades. Em 1968, o irmão Cirilo, um dos educadores da Assesoar, visitou o primeiro grupo na comunidade de Plano Azul, município de Verê/PR. Cinco anos depois a Assesoar já havia implantado na região mais de cinco mil grupos.

A partir deles, os camponeses eram estimulados a questionar as relações sociais que estavam inseridos. Num vídeo comemorativo aos 30 anos da Assesoar, Armindo Grillo, um dos fundadores da Associação, destacou

---

<sup>31</sup> ASSESOAR. Levantamento Sócio Religioso Sudoeste Paraná. 1970.

<sup>32</sup> Como veremos a frente esta forma de escolher os representantes foi questionada em 1978 pelos camponeses que disputaram as eleições e saíram vitoriosos causando um rompimento com a Igreja.



qual era a metodologia das celebrações e das reuniões feitas pelos Grupos de Reflexão: “a gente não visava só falar daquele Deus longe. Mas sempre fazer que nós e os companheiros, na celebração, a gente pensasse a realidade da vida de hoje”<sup>33</sup>. Em sua fala, ao destacar que não falavam “só” daquele Deus longe, há a provocação de que houve uma mudança a partir daquele momento: antes só se falava do Deus distante, agora reflete-se sobre como seus ensinamentos podem ajudar a pensar e agir sobre os problemas.

Em 1970, foi criado o Grupo de Reflexão na comunidade de São Valentim, na zona rural do município de Dois Vizinhos. Em 1978, os dirigentes publicaram no Cambota uma explicação do por que criaram o grupo: “por que todos precisam de catequese” e o Grupo ajuda “para organizar um novo tipo de catequese para as crianças”<sup>34</sup>. Destacam, desta forma, como a nova formação pastoral era um dos objetivos dos Grupos e, de certa forma, contribuía para suprir a falta de sacerdotes nos locais mais populares e distantes.

Mais a frente, na mesma publicação, entretanto, destacam como o Grupo foi mais além do encontro de formação pastoral, afinal, os camponeses “se reúnem para estudar as dificuldades e encaminhar as soluções” e dentro destas soluções estava a “formação de lideranças cristãs, criação de Delegacias Sindicais e a aplicação correta da técnica na agricultura”. Para os camponeses, organizados no Grupo de Reflexão de São Valentim, a relação entre espiritualidade (formação de líderes cristãos e catequese), política (Delegacias Sindicais) e produtiva (técnica agrícola) estavam intrinsecamente ligadas, a ponto de afirmarem que “aqueles que só trabalham para o espiritual não apoiam a caminhada do Grupo”<sup>35</sup>.

Ao designarem que haviam pessoas que não apoiavam os Grupos relacionam com os camponeses e os leigos que não queriam organizar o povo para refletir e agir no sentido de encontrar soluções para os problemas vividos. Isto é, para os camponeses organizados no Grupo de Reflexão de São Valentim, aqueles que só queriam rezar não estavam vivendo como Jesus viveu.

Este trecho apresenta uma divergência na “cultura religiosa”. Thompson, ao analisar a influência da Igreja e da religião no processo de formação da classe operária inglesa, chamou a atenção para como estes choques, cismas e mutações foram componentes do processo de dissidên-

---

<sup>33</sup> ASSESOAR. Vídeo comemorativo 30 anos. 1996.

<sup>34</sup> CAMBOTA, nº 27, mai-jun de 1978, p. 6.

<sup>35</sup> Idem, p. 6.

cia dos trabalhadores com a Igreja.

A história intelectual da Dissidência é composta de choques, cismas e mutações. Muitas vezes sentem-se nela os germens adormecidos do radicalismo político, prontos para germinar logo que semeados num contexto social promissor e favorável<sup>36</sup>.

Este gérmen do radicalismo político estava presente nos Grupos de Reflexão. Neles, os camponeses se desafiavam em conciliar a espiritualidade, os estudos, os debates e a reflexão com ações práticas. As ações geralmente eram: puxirões, construção de casas para os mais pobres da comunidade, construção de capelas, quadras de esporte, realização de bailes, aplicação de técnicas novas na lavoura (adubação verde e combate a erosão), entre outras<sup>37</sup>. Eram ações compreendidas pelos camponeses e pela Assesoar como prática da vida cristã e dialogavam com os objetivos da nova pastoral.

Seno Statz, agregado da região e que posteriormente contribuiu na criação do Mastes e na ocupação da Fazenda Perseverança, ao ser perguntado como era os Grupos de Reflexão a qual participava, destacou:

Tinha um grupo de casal que se reunia para fazer a novena de um livrinho, né?! Desde de rezar até discutir problemas da comunidade, que tinha muitos [ênfase no muitos] naquela época né?! Discutir algumas coisas que a ASSESOAR já levava naquela época de mudança de tecnologia e coisa que os agricultor... naquela época era difícil. Os próprio Sindicato começaram a fazer reunião nas comunidades. Então a maioria dessas reuniões eram feitas nesses grupos<sup>38</sup>.

Nesses grupos, que se espalhavam em toda a região, eram utilizados roteiros produzidos pela Assesoar, CPT e/ou CNBB. A partir dos primeiros anos da década de 1970, as reuniões dos Grupos de Reflexão eram organizadas tendo como base os textos do boletim o Cambota. A partir destes materiais os camponeses discutiam formas alternativas de produção e de organização: ou seja, qual direção que a nova pastoral da Igreja apontava como alternativa para eles.

O Cambota surgiu em 1973, inicialmente como boletim (na década

---

<sup>36</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 36.

<sup>37</sup> CAMBOTA, ano 2, nº 17, set-out, 1976 e CAMBOTA, ano 4, nº 19, 1977

<sup>38</sup> SENO, 65 anos, Entrevista concedida a Ricardo Callegari. Francisco Beltrão: 01 de outubro de 2019.

de 1990 tornou-se revista semestral). Durante a década de 1970 e 1980 sua edição era bimestral e o objetivo era dar subsídios para os mais de dois mil Grupos de Reflexão, organizados nas comunidades da região. Estes grupos se associavam à Assesoar e, desta forma, assinavam o boletim e o recebiam bimestralmente até 1978 e mensalmente a partir de 1979. No ano de 1976, definiu-se que mesmo os grupos não assinantes ganhariam 2 números do boletim como forma de contribuir na sua organização, na resolução dos problemas enfrentados pelos agricultores e, por outro lado, animá-los a, futuramente, assiná-lo.

A partir dos boletins eram publicadas mensagens de saudações dos Grupos de Reflexão as pessoas que trabalhavam na Assesoar (chamados de permanentes), como a enviada no mês de agosto de 1976 pelo Grupo de Jovens de Barra do Rio Tuna, município de Francisco Beltrão, no qual destacam que fazem suas reuniões quinzenalmente e que, a partir da segunda roça comunitária compraram uma Bíblia e um toca disco e estão “com vontade de partir para a terceira roça comunitária. Vamos ver se conseguimos formar uma biblioteca para nos instruir mais”. Estes trechos foram publicados no boletim com o objetivo de “animar outros grupos de jovens a partir do exemplo da roça comunitária”<sup>39</sup>.

Para além destes trechos de cartas publicados, alguns poemas elaborados pelos camponeses organizados nas comunidades também eram reproduzidos, tal como o escrito por Arlinda Brizzola, do Grupo de Jovens de Porto Alegria, comunidade da zona rural do município de Nova Prata do Iguaçu e intitulado “Sonho e realidade”:

Embora nem todos sejam capazes de tudo, todos são capazes de alguma coisa.

Portanto, não há motivo para se desculpar de não saber ou poder melhorar.

Ninguém sabe tão pouco, que não tenha nada para dar ou não pode fazer alguma coisa para o outro.

Na vida tudo se renova a cada momento. Por isso a solução para hoje, não pode servir para amanhã<sup>40</sup>.

O conteúdo deste fragmento dialoga com a potencialidade dos saberes populares no desenvolvimento de novos saberes e na capacidade de todos de agir sobre a realidade. Evidencia as tentativas de colocar os saberes e os sujeitos em pés de igualdade um com o outro. Esta é uma reflexão

<sup>39</sup> CAMBOTA, ano 3, nº 18, nov-dez, 1976, p. 6.

<sup>40</sup> CAMBOTA, ano 2, nº 17, set-out, 1976, p. 7.

que está presente nas obras de Paulo Freire, principalmente na Pedagogia do Oprimido quando afirma que “não existe saber mais ou saber menos, existem saberes diferentes”<sup>41</sup>. Arlinda, assim como Paulo Freire, buscou re-tratar que é na reciprocidade de saberes que a aprendizagem e a construção de alternativas para os problemas se desenvolvem.

Estes Grupos de Reflexão e as Cambotas buscaram fundamentar a habilidade ou capacidade crítica dos camponeses e incentivaram a participação destes na tomada de decisões sobre questões referentes a sua vida e a busca/construção de alternativas por eles próprios. Exerçeram importante papel para mobilizar os camponeses da região e a partir deles debateram alternativas de produção, organização comunitária e formas de intervir em alguns problemas enfrentados por eles.

Em 1978 houve o primeiro encontro de dirigentes dos Grupos de Reflexão. Este foi realizado em 20 paróquias da região e participaram ao todo 1835 dirigentes, segundo consta no Boletim Cambota nº 27 de maio e junho de 1978. Cabe observar que se trata de um número expressivo de dirigentes. Neste mesmo boletim foram publicadas as duas maiores conclusões que os dirigentes chegaram:

PRIMEIRA CONCLUSÃO: Até agora os grupos se preocuparam mais com a oração; a reflexão; o bom relacionamento; uma melhor participação nas práticas religiosas; a realização de uma diversão sadia; o atendimento a casos de doença e de pobreza; a ajuda nas promoções da comunidade; a melhoramentos no templo e no pavilhão da comunidade.

SEGUNDA CONCLUSÃO: Um grupo passa a ser mais acreditado na medida em que se volta também para aquilo que mexe mais a fundo com a vida dos jovens do meio rural e dos agricultores. Os jovens pedem maior ajuda para a constituição de um lar seguro e para uma profissão digna. Os agricultores querem saber como aprender juntos a aplicação correta da técnica na agricultura; como fazer comprar e vendas em conjunto; como ter conhecimentos suficientes sobre a importância dos órgãos de sua classe<sup>42</sup>.

Diante das conclusões podemos observar como havia diferenças entre os grupos de reflexão. Alguns mais preocupados com a reflexão, a oração e a preparação de catequistas. Também se observa a ação de cunho as-

---

<sup>41</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, [1969] 1987, p. 68.

<sup>42</sup> CAMBOTA, ano 5, nº 27, mai-jun, 1978, p. 5.

sistencialista como “o atendimento a casos de doença e pobreza”. Enquanto outros, mais focados nas questões da produção agrícola. Entretanto, mesmo com essas diferenças, as reuniões e os encontros nos Grupos de Reflexão serviam como *ponto de junção* e mantinham o povo organizado. Thompson<sup>43</sup> ao discutir a organização dos movimentos sociais dos trabalhadores na Inglaterra do século XVIII, já havia observado que os trabalhadores constituem espaços e momentos organizados em que refletem sobre a realidade e ponderam sobre ações que podem resolver os problemas, contribuindo na construção dos interesses em comum e da identidade de classe.

As reuniões, as assembleias e os boletins exerceram importante papel na construção de uma identidade de classe entre os camponeses da região Sudoeste. Foi nos espaços dos Grupos que os camponeses se reuniam e debatiam sobre os problemas causados pela natureza (seca) e da política “moderna” de reestruturação produtiva. No período de *repressão* e de *resistência* durante a Ditadura Civil Militar, os espaços criados pela Igreja contribuíram para a construção de unidade entre os camponeses e sua integração na política. As reuniões dos Grupos de Família serviam tanto como ocasião social de rezar a novena, mas também como centro para a atividade política.

A partir destes trabalhos desenvolvidos, compreendemos que a principal forma de integração dos camponeses na política moderna regional foi a partir da Igreja e da Assesoar. Entretanto, eram ações que, na maioria das vezes, se limitavam a resolver problemas pontuais dos camponeses e se restringiam ao âmbito da comunidade. Eram a expressão do “pequeno mundo”, da paróquia, tal como debatido por Hobsbawm<sup>44</sup>. As soluções apresentadas, por mais que incentivavam a organização, pautavam-se na organização comunitária, para a construção de casas ou de mutirões para a colheita. As relações políticas se davam no interior das comunidades, sem debater formas de organização sindical, por exemplo, ou o papel do Estado e das políticas que este implantava.

Entretanto, as formas de enfrentamento às contradições não eram diretas ou radicais. Recorrendo novamente a Thompson e a influência da religião no “fazer-se” da classe operária inglesa, ele destaca como mesmo com um movimento oficial da Igreja agindo como um “estabilizador” ele, in-

---

<sup>43</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 10.

<sup>44</sup> HOBBSAWM, E. J. Os camponeses e a política In: **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

diretamente, foi “responsável por um aumento na autoconfiança e capacidade de organização do operariado”<sup>45</sup> ao familiarizá-los com reuniões, associações, com elaborações de demandas, organizações centralizadas e eficientes, estudos e debates.

Construir aqueles espaços, entretanto, exigia uma análise sobre a conjuntura, sobre o que fazer e quais os cuidados a tomar. Os camponeses não estavam parados, faziam um trabalho e sabiam qual era o trabalho possível a ser feito naquela conjuntura. Faziam aquilo que era possível e tinham que medir constantemente aquilo que diziam. O que faziam não era consciência, era uma ação consciente que dizia a respeito de até onde poderiam ir, no sentido de fazer o trabalho político de base e de agir no sentido de enfrentar as contradições.

A partir de 1976 se intensificaram várias disputas no interior dos instrumentos políticos dos camponeses na região, diante da inexistência de melhoria na vida. Ao contrário, cada vez mais camponeses deixavam o campo. Estes passaram a construir outras formas de pressão. Aquilo que poderíamos chamar de perspectivas voltadas para o seu mundo, para a família e a comunidade passaram para disputas e ações mais diretas de pressão. Na década de 1970, a Igreja na América Latina, passou a incentivar junto aos camponeses formas de intervenção mais diretas, por outro lado, num movimento dialético, os camponeses também passaram a pressionar de maneira mais contundente o Estado por soluções aquelas contradições que viviam.

E, diversamente da interpretação de Hobsbawm, a construção desta forma mais ampla se fez a partir das experiências organizativas nas comunidades, da construção de um sentimento de coletividade, de unidade. A elaboração de novas práticas sociais entre os camponeses se desenvolveu ao longo dos vários anos em que estiveram, dentro do possível, refletindo a sua maneira e com contribuições numa interação com outras entidades e materiais produzidos (CPT, notícias publicadas no boletim Cambota se referindo a manifestações em outros lugares do estado e do país, entre outros), sobre os problemas que passavam, suas causas e sobre formas de resolvê-los.

Este movimento de reflexão e de ampliação das formas de organização política é, portanto, dialético: dialogicamente tem-se interagido elementos “vindos de fora” e formas próprias de interpretação sobre as contradições do processo de produção e reprodução da vida em sociedade.

---

<sup>45</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 44.

Nos Grupos de Reflexão, por exemplo, cresciam discussões mais radicais sobre as condições vividas. Isto colocava a necessidade de mais espaços de organização e apareciam novas demandas para os processos de formação. Em 1978, as cartas que os camponeses mandavam à Assesora passaram a ser publicadas na *Cambota* e distribuídas aos Grupos. Nelas aparecem as “novas demandas” e uma visão sobre a responsabilidade do Estado e do modelo agrícola que se desenvolvia na região:

Que melhoramentos pode haver em *nossos* produtos quando se vê que o preço é sempre ruim e aquilo que *compramos* é cada vez mais caro? Os médicos do sindicato não estão atendendo bem por falta de boa vontade. Os *sócios* ficam zangados com isso e vão embora. O que fazer? Quais são os melhoramentos no Posto de Saúde, que só atende 8 consultas por dia, faz *tantas mães* perder a viagem e *ninguém* fica contente com isto?<sup>46</sup>

Esta carta foi encaminhada pela “dona” Damiana do Amaral (ela enviou outra em 30 de janeiro de 1979, falando sobre não trocar o campo pela cidade e da necessidade de lutar junto), camponesa da comunidade de Alto Bela Vista, município de Salto do Lontra<sup>47</sup>. O que significou para a pessoa fazer a pergunta de forma aberta? Quais os impactos que se esperava de fazer esta fala? O que esta fala pode nos dizer sobre aquele contexto?

Aparecem nela três questões sobre a vida e o trabalho no campo: a primeira relaciona-se com o *orçamento produtivo* e o *familiar*, por um lado o processo de reestruturação produtiva tornava o preço dos insumos para o plantio frequentemente mais caros, inviabilizando a produção. Por outro, a aquisição de produtos para a própria subsistência também se encarecia devido a alta inflação no período. Há em sua fala um questionamento ao projeto de agricultura que estava sendo implantado na região. O questionamento é feito a partir do trabalho empenhado para produzir na terra e o valor recebido que “é sempre ruim”, em contraposição àquilo que era comprado para tornar possível a produção que era “cada vez mais cara”.

O segundo ponto é sobre o acesso à saúde que, mesmo com o médico do Sindicato, não era de qualidade e, aquela feita no Posto de Saúde, não era suficiente para todos. Situação que faz “*tantas mães*” perderem a viagem, não deixando “ninguém contente”. Neste ponto há a denúncia ao precário acesso a saúde pelos camponeses e de que muitos

<sup>46</sup> *CAMBOTA*, ano 5, nº 25, jan-fev, 1978, p.7.

<sup>47</sup> Á época esta comunidade pertencia ao distrito de Nova Prata que hoje é um município de mesmo nome desmembrado de Salta do Lontra.

não eram atendidos, pois os atendimentos eram restritos a um pequeno número de pessoas.

Outra evidência sobre o contexto vivido remete-se aos termos utilizados por Damiana: sempre no plural. A pergunta não é como ela deveria agir para melhorar “seus produtos,” mas, “*nossos produtos*”. Ao questionar desta forma está perguntando a Assesoar, mas também aos outros camponeses da região. Ou seja, aos seus iguais. Se as falas até então eram restritas aos camponeses presentes nos grupos de reflexão da comunidade de Damiana, agora ela se torna uma fala aberta para seus pares e que instiga o Sindicato, a Assesoar e os outros camponeses da região a engrossarem as denúncias e/ou proporem alternativas inclusive de mudança política no Sindicato e na Associação.

Sua carta estabelece um diálogo com os outros que estão numa mesma condição e também para as instâncias de representação política. Este movimento leva outros camponeses a se engajarem. Os camponeses da comunidade de Nova Estrela, município de Santa Izabel do Oeste, construíram um abaixo assinado com 320 assinaturas descrevendo a situação vivida:

Aos 15 de junho de 1978, nós coordenadores dos grupos de reflexão (...) resolvemos descrever, neste abaixo assinado, a situação dos agricultores desta região, sobre a pouca produção causada pela estiagem, e, como consequência disso, o pouco alimento para as famílias e para os demais. Não tem dinheiro para frente à situação de doença, falta de sementes e de alimento<sup>48</sup>.

Segundo consta na revista, os camponeses já haviam pedido “as agências bancárias um prolongamento de todo o tipo de financiamento” e, buscavam a partir do “reclame” um posicionamento do Sindicato e “exigir uma atenção especial do prefeito e dos vereadores”. Pela primeira vez aparece a reivindicação aos representantes do Estado, mas não uma crítica ao regime. São abaixo assinados de solicitações e não de enfrentamento direto ao Estado/governo e sua política agrária.

Já os camponeses do distrito de Nova Prata (hoje município de Nova Prata do Iguçu, na época em que foi escrita esta carta e produzido o abaixo assinado, este era um distrito e pertencia ao município de Salto do Lontra) assinaram uma reivindicação com 580 assinaturas encaminhada ao governador solicitando “atenção especial nesta fase que atravessamos, pois não

---

<sup>48</sup> CAMBOTA, ano 5, nº 28, jul-ago, 1978, p. 5.



queremos ser atingidos pela triste sorte dos que já trocaram a roça pela cidade”.<sup>49</sup> Ao se referirem àqueles que foram para as cidades como de “triste sorte” estão expressando como a saída do campo não é simplesmente uma questão de escolha entre ficar na roça ou ir para a cidade. É, por sua vez, resultado de contradições no processo produtivo que não permite “vacilos” e, nem mesmo, intempéries naturais como a seca, pois, isso significa endividamento e inviabilização da vida no campo. É contra estas contradições que os camponeses da região estão lidando no período.

Esta estratégia também foi utilizada pelos camponeses da comunidade da Água Vermelha, município de Francisco Beltrão, na qual 70 assinaturas denunciavam

[...] os problemas da seca. E agora os problemas ligados à comercialização dos suínos [que] veio se agravar a partir do momento em que se começou a falar em peste suína. A queda dos preços dos suínos se soma às dificuldades criadas com a tão rígida classificação do peso<sup>50</sup>.

Neste abaixo-assinado, além dos problemas causados pela seca, denunciam a rigoriedade e as injustiças no processo de classificação do peso dos porcos e, conseqüentemente, a baixa remuneração pelo trabalho empenhado na produção. Esta mesma reclamação, sobre os baixos valores recebidos pela produção agrícola durante 1978, foi feita por Vicente e Darci, camponeses da comunidade de Nova Estrela, zona rural do município de Santa Isabel do Oeste. Em suas cartas enviadas questionam:

Como nós agricultores podemos fazer frente com os preços mínimos dos produtos muito baixo, e não vendemos nada se não no preço mínimo, enquanto que os descontos são demais, e os preços mínimos desta safra subiu 33%, e os impostos subiram 120%? Nós perguntamos se isto é controlar a inflação?<sup>51</sup>

Nós do grupo chegamos a uma conclusão que tamos muito oprimidos, pouca terra, preços mínimos dos produtos agrícolas não recompensa e a mais que o preço mínimo nunca peguemos<sup>52</sup>.

A utilização do sujeito coletivo “nós” para que sejam feitas as questões ou as denúncias é sintomático. Sinal de que as conclusões a qual chegaram foram debatidas e acordadas coletivamente. Naquelas reuniões havia

---

<sup>49</sup> CAMBOTA, ano 5, nº 29, 1978, p. 11.

<sup>50</sup> CAMBOTA, ano 5, nº 29, set-out, 1978, p. 12

<sup>51</sup> CAMBOTA, ano 6, nº 32, fev, 1979, p. 12

<sup>52</sup> CAMBOTA, ano 6, nº 32, fev, 1979, p. 12.

análises de conjunturas sendo feitas pelos camponeses sobre as políticas econômicas e agrícolas que eram implementadas e que os atingiam diretamente, a denúncia sobre a diferença (em porcentagem) entre o preço mínimo e os impostos evidencia isto. Diante de tais análises, a conclusão que chegam é a de que pertenciam para a classe dos oprimidos.

Outro grupo de aproximadamente 100 camponeses, desta vez do município de Capanema, que se reuniram na comunidade de São Sebastião do Cedro para estudar a situação vivida, apontaram os vários problemas como:

Muita exploração no que se vende e no que se compra; financiamento e juros bancários comprometem a produção e o fazem pelas cooperativas; falta terra para muitos agricultores, enquanto outros vão pegando sempre mais; a mecanização expulsa agricultores da roça; a assistência médica favorece os ricos; os agricultores são vistos na época das eleições e são atraídos por promessas que nunca se cumprem<sup>53</sup>.

Novamente as contradições informam sobre a forma como as políticas agrícolas a nível nacional os afetava. Há desigualdades na vida e no trabalho no campo, que eram visíveis aos camponeses dos grupos. Enquanto para *muitos* falta terra, para *outros* é possibilidade de concentrar. Mas, também apresentaram possíveis soluções:

Equilíbrio na política de preços; plantar mais produtos de consumo; sindicatos estejam voltados para o povo; as cooperativas combatam a exploração; o povo se una para conseguir a posse da terra; um dia tenhamos um governo que considere a todos como iguais<sup>54</sup>.

Nestas soluções há propostas voltadas para a política nacional (equilíbrio na política de preços e a esperança de serem vistos como iguais diante dos ricos pelos governantes), ações que estão relacionadas ao campo da produção (tanto na propriedade como o papel das Cooperativas) e, por fim, sobre a atuação e integração na política a partir da necessidade de criar unidade para lutar pela posse da terra e da função que os Sindicatos têm nesse processo de defender os interesses do povo.

Estas cartas evidenciam como os Grupos de Reflexão e as Cambotas foram um instrumento de denúncia e comunicação por parte dos camponeses. Foi a partir deles que novas demandas foram apresentadas, tornando-

---

<sup>53</sup> CAMBOTA, ano 6, nº 34, abril, 1979, p. 6.

<sup>54</sup> CAMBOTA, ano 6, nº 34, abril, 1979, p. 6.

os num centro de difusão de informações e espalhando o debate sobre as duras condições aos diversos Grupos da região.

Esta radicalização das pautas, entretanto, não foi bem aceita por parte da Igreja Católica da região. Para Daniel Meurer, apoiar os agricultores sem terra e reivindicar reforma agrária, sinais da radicalização, foram ações que agravaram a relação política com a Igreja e com os profissionais liberais que até então dirigiam a Assesoar:

Depois que a ASSESOAR entra... entra... em apoiar e ajudar e ajudar um partido político dos trabalhadores, é totalmente diferente na história desse país e ajudar os sem terra nessa luta para conquistar a terra, nessa luta por reforma agrária, aí houve o afastamento do Scalco, do Jeff não. Do Jeff não! Do Scalco, automaticamente mais alguns de influência aqui, dos padres daqui. Eles não concordam com essa linha. E é nesse processo que devolvemos o mandato canônico<sup>55</sup>.

Este trecho sintetiza o processo de disputa sobre as formas de luta construídas na região. Como vimos anteriormente, a Igreja disputou as bases sindicais do campesinato, com o objetivo de frear o ímpeto comunista e, de certa forma, contrapor as propostas de reforma agrária já que esta tocava e afetaria a relação família-propriedade. Por sua vez, o processo de organização a qual os camponeses se inseriram e passaram a construir, extrapolou o controle da própria Igreja. Os camponeses passaram a questionar, como forma de resolver as contradições econômicas do campo, a concentração da propriedade privada e a necessidade de distribuir as terras improdutivas.

Esta mudança fez com que a Assesoar não tivesse mais como principal função a formação pastoral da Igreja, mas sim, de ser um espaço de formação e atuação conjunta com os movimentos sociais do campo. Através do desenvolvimento de cursos, palestras e visitas aos agricultores com o objetivo de trabalhar conteúdos relacionados a agricultura, conservação de solos, monocultura, saúde e higiene, plantas medicinais, farmácia caseira, concentração de terras, questão agrária e problemas rurais. Com esse trabalho a Assesoar tinha uma ampla visibilidade na região e um trabalho muito próximo aos agricultores, contribuindo com as mobilizações e lutas como: oposições sindicais, luta pelas demandas dos suinocultores, Comissão Pastoral da Terra, luta pela terra, luta contra as barragens, associativismo, cria-

---

<sup>55</sup> Daniel Meurer. Entrevista concedida a Ricardo Callegari e Rosângela Fernandes. Dois Vizinhos: 26 de julho de 2019.

ção da CUT Regional e reformulação partidária.

Para Batisti,<sup>56</sup> esta posição de organizar um serviço de assessoria incorporando às bases da Doutrina Social da Igreja, componentes da leitura marxista da sociedade acentuou o “processo de ruptura com a concepção inicial dos fundadores, que se pautavam pela crítica ao comunismo”. Representou, portanto, um novo momento para a Associação. Entretanto, como vimos, esta ruptura não ocorreu mecanicamente, mas foi “fermentada” (utilizando um termo comum entre os camponeses) ao longo de vários anos.

Deste ponto de vista, a conquista da direção da Assesoar por parte dos camponeses, em 1978, é um importante exercício de protagonismo acompanhado de mudanças na linguagem política da Assesoar. Esta passa a ser um instrumento político protagonizado pelos camponeses e, a partir dela, foram potencializados os cursos de formação política nos Sindicatos e nos Grupos de Reflexão. Nestes grupos de formação os camponeses se fortaleceram e passaram a questionar as direções de “sindicatos pelegos” da região.

## **“Se querem fazer alguma coisa, vamos fazer, chega de discurso!”: camponeses e as Oposições sindicais**

Como não se pode servir a dois senhores, ou o sindicato servirá aos trabalhadores ou aos patrões. Enquanto o Ministério do Trabalho tiver o poder de dirigir os sindicatos eles não conseguirão defender os trabalhadores de uma forma combativa. O sindicato está rompendo com o atrelamento quando age na defesa dos trabalhadores, mesmo que para isso desrespeite a lei. O sindicato tem que se basear no legítimo, não no legal. Esta luta será bem mais eficaz através da CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT<sup>57</sup>.

O trecho acima foi retirado do Roteiro III da Coleção Juventude em Desafio,<sup>58</sup> publicado pela ASSESOAR em 1983 e elaborado por jovens lideranças do campo e agentes pastorais da região. Retrata este contexto de disputa sobre as linhas de ação dos Sindicatos e o antagonismo entre os “pelegos” e os combativos. A interpretação sobre este contexto é represen-

---

<sup>56</sup> BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. In: **Campo-Território**, v. 1, nº. 2, p. 65-91, ago. 2006.

<sup>57</sup> ASSESOAR, 1983, p. 21

<sup>58</sup> Este roteiro faz parte de uma coleção com três volumes: 1º Descobrimos nossa força; 2º Alimentando nossa força; 3º Concretizando nossa luta.

tada pela frase “não se pode servir a dois senhores” de inspiração bíblica<sup>59</sup>. E essa interpretação bíblica é aproximada com uma classista, isto é, marxista/leninista: “ou o sindicato servirá aos trabalhadores ou aos patrões”.

Outro argumento construído a partir da interpretação é a contraposição de legalidade com legitimidade. É um argumento que voltou à cena política com as ocupações de terra. A questão que buscam evidenciar é como a disputa pelas direções de um instrumento político, que deve ser da classe trabalhadora, é legítimo, mesmo que a lei os proíba de tal feito. A base da legitimidade se encontra na defesa dos direitos dos trabalhadores em contraposição ao interesse político por trás daqueles que fizeram as leis visando “esvaziar a luta sindical”.

A dicotomia entre autênticos e pelegos fica notória numa edição de outubro de 1983 da revista Cambota, cuja base argumentativa era a mesma:

Existem SINDICATOS COMBATIVOS: são os que se colocam aos lados dos trabalhadores e procuram defender os seus interesses;

Existem SINDICATOS PELEGOS: são os que se colocam mais do lado dos patrões, fazendeiros e fazem o jogo deles<sup>60</sup>.

O termo “pelego”, para designar os Sindicatos que se colocam mais do lado dos patrões, origina-se do acessório utilizado para montaria de cavalos. O objetivo deste acessório é para suavizar o impacto e a fricção causada pelo trote do animal e sofrida pelo cavaleiro. Segundo esta lógica então, os Sindicatos “pelegos” estariam apenas suavizando os impactos causados pela forma de organização da vida e da produção impulsionada pela reestruturação produtiva, mudanças na relação e modo de produção no campo. E, ao mesmo tempo, mantinham uma relação de não enfrentamento com os “patrões”, priorizando fazer acordo com eles.

Num documento oficial da Assesoar de 1985, produzido pela Associação para avaliar suas ações do período, é feita a seguinte avaliação sobre o impacto destes instrumentos na organização política dos camponeses: “Os agricultores nos locais onde Sindicatos, a Igreja e os políticos não são autênticos, acham que sentar para discutir os problemas é perda de tempo” e criaram nos camponeses a “visão de que basta participar da Igreja para cumprir seu dever e contribuindo para a melhoria das condições de vida do povo”<sup>61</sup>.

---

<sup>59</sup> Mateus capítulo 6, versículo 24.

<sup>60</sup> CAMBOTA, ano 11, nº 89, out. 1983, p. 2

<sup>61</sup> ASSESOAR, 1985, p. 17.

Para Batisti, a oposição sindical lutou “contra os sindicatos que julgavam que reivindicar era pedir para os ‘de cima’ e não mobilizar os ‘de baixo’”. Esta concepção reforça uma nova prática social: a de que a força dos camponeses e do Sindicato estava na capacidade organizativa e no nível de consciência política dos próprios camponeses.

Ao mesmo tempo, portanto, que os camponeses reivindicaram mais espaço na Assesoar e radicalizaram algumas pautas, também o fizeram com o Sindicato. Este foi um dos espaços em que os camponeses viram como necessário para organizar as pautas, as reivindicações e pensar novas formas de ação. Estes não queriam só aquilo que o Sindicato oferecia (médico e dentista).

Os camponeses da região passaram a disputar abertamente as direções dos Sindicatos. Estes grupos de oposição sindical denominavam-se “sindicatos autênticos” em oposição aos “sindicatos pelegos”. O primeiro Sindicato da região em que a direção foi conquistada pelos camponeses foi o de Francisco Beltrão, em 1981; três anos depois foi o de Capanema. Depois destes vários outros seguiram o mesmo caminho: Marmeleiro e Barração, em 1984; Dois Vizinhos, em 1985. Em 1986, em 15 dos 29 municípios da região os Sindicatos já haviam sido conquistados pelos “autênticos”<sup>62</sup>.

Para Luis Pirin, no Sindicato de Francisco Beltrão nas eleições de 1975, já houve divergências o que caracterizou o primeiro processo de oposição.

Em 1975 tinha um grupo de pessoas que tinham uma visão diferente do processo do verdadeiro papel do Sindicato, começaram a discutir, já com apoio, orientação, debate de uma ONG que se formou aqui, que é a Assesoar. A partir daí o pessoal começou a discutir a partir dos Grupos de Reflexão, por que tinha muito trabalho pastoral, os grupos de reflexão. Mesmo fazendo esse processo, na época da ditadura, mas de certa forma como orientação religiosa, pastoral. Então começaram a discutir que o papel do Estado, do Sindicato não é este. O papel do Sindicato é representar os agricultores, defender os agricultores<sup>63</sup>.

Ele apresenta, em sua narrativa, como o processo de oposição sindical contou com apoio de organizações anteriores, é o caso da Assesoar e dos Grupos de Reflexão. Entretanto, chama a atenção para a função do

---

<sup>62</sup> ASSESOAR, 1986, p. 5

<sup>63</sup> Luis Pirin. Entrevista concedida a Ricardo Callegari. Francisco Beltrão: 06 de outubro de 2019.

Sindicato: representar e defender os agricultores. Defesa e representatividade estão ligadas em sua memória. Não há como alguém defender os camponeses se estes não veem o defensor como representativo dos seus anseios, angustias e problemas. As direções pelegas não tinham representação com os camponeses, pois, na maioria dos casos, não estavam juntas com os camponeses.

Essa disputa em 1975 não foi, entretanto, exitosa para o lado dos autênticos. É somente em 1981, na terceira disputa, que a oposição sindical vence as eleições. O presidente escolhido foi Olívio Bianco. A partir desta experiência de participação no processo eleitoral em Francisco Beltrão, coadunado e dialogado com outras experiências semelhantes em Chapecó/SC e Erechim/RS, constituem um grupo denominado Articulação Sul. Nessa Articulação se debatia o papel do movimento sindical e de representação dos camponeses em reuniões permanentes que ocorriam em um destes 3 municípios.

Em alguns municípios as vitórias foram expressivas. Em Planalto, por exemplo, a eleição ocorreu no dia 20 de janeiro de 1984 e dos 2.298 associados, compareceram 1768. Destes, 1601 camponeses votaram na chapa da oposição sindical.

Todavia, em parte dos municípios as chapas assistencialistas pressionaram os camponeses para que estes não votassem a favor dos combativos. Denúncias a respeito de irregularidades no lançamento do Edital de convocação para a inscrição de chapas em Renascença foram feitas no Fórum de Francisco Beltrão. Segundo consta no boletim Cambota<sup>64</sup> o presidente assistencialista divulgou o Edital estrategicamente em jornais de Pato Branco e que possuíam pouca circulação no município de Renascença. A decisão da justiça, entretanto, deu ganho de causa à chapa situacionista.

O boletim Cambota de 1984<sup>65</sup> denunciou o apoio, durante o processo eleitoral de 1984, que a chapa assistencialista ganhou “dos ricos, dos donos do poder e, portanto, do acesso que tiveram a todos os meios de propaganda” no município de Capanema. Neste município, a oposição sindical já havia ganhado em 1981, com a eleição de Pedro Toneli como diretor e tentava, em 1984, continuar os trabalhos. Segundo consta no boletim,

A chapa 2 [assistencialista] tentou, de todo o jeito, incomodar o pessoal da chapa 1. Queria até levar a polícia para guarnecer a apuração, como se o trabalhador em luta por sua liberdade fosse um bando de

---

<sup>64</sup> CAMBOTA, ano 11, nº 87, ago de 1983

<sup>65</sup> CAMBOTA, ano 12, nº 97, jun de 1984.

desordeiros. [...] Não é à toa que, no fim da campanha, os debates pela rádio Capanema chegaram ao nível da agressão pessoal. [...] Ainda no dia da própria eleição ainda vieram com uma nota de protesto contra a proibição de voto aos aposentados não sócios ou em atraso previsto em lei<sup>66</sup>.

A agressão pessoal e difamatória por parte dos dirigentes sindicais assistencialistas aos líderes das oposições fez parte do cenário político da época. Ficou comum estes últimos serem rotulados de “comunistas” e “baderneiros”, como forma de amedrontar os camponeses aptos para votar. Outra estratégia por parte da Chapa 2 foi de tentar levar a polícia, era uma forma de intimidação aos camponeses. Eram ainda períodos ditatoriais no Brasil e, mesmo que este estivesse em crise, havia o receio de possível intervenção no processo eleitoral.

Este processo de disputas nas bases e direções dos Sindicatos gerou na região uma divisão em duas micros-regiões. A Microrregião 1-A permaneceram os sindicatos combativos. Na Microrregião 1-B ficaram os assistencialistas. Desta divisão é construída a CUT/Regional Sudoeste do Paraná, que substitui a Microrregião 1-A, dos autênticos. Fundação que ocorreu numa assembleia com 60 delegados de 15 sindicatos, em Ampére, na data de 19/01/1986.

Neste contexto é importante destacar que as contradições econômicas somadas aos processos de formação e organização dos camponeses nos Grupos de Reflexão motivaram a disputa pela direção dos Sindicatos.

Uma das ações desenvolvidas pelos Sindicatos Combativos em conjunto com a Assesoar foi de fazer um levantamento de quantas famílias sem terras havia na região. O levantamento foi feito em dez municípios e os resultados indicaram que 40% das famílias não possuíam terras,<sup>67</sup> o que tornava evidente a necessidade de um trabalho a este respeito. Neste mesmo estudo, levantaram como estava a concentração de terras no Paraná e no Brasil.

O passo seguinte foi de realizar reuniões nas comunidades para discutir os dados do levantamento e a possibilidade de eles assumirem a luta. No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capanema quem assumiu a direção foi Pedro Tonelli.<sup>68</sup> Jaime, um dos camponeses entrevistados narra este momento histórico:

---

<sup>66</sup> CAMBOTA, ano 12, nº 97, jun, 1984, p. 2

<sup>67</sup> ASSESOAR, 1986, p. 6

<sup>68</sup>Que entre 1987 e 1991 foi deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores no Paraná.



O movimento sindical começou com o [Pedro] Tonelli, também o Avelino, meu irmão, participou, participava da direção e aí então começamos a discutir. Aí com essa discussão dessa juventude, desse grupo, eu disse: "Oh, se querem fazer alguma coisa, vamos fazer, chega de discurso"<sup>69</sup>.

É interessante perceber como Jaime atribuiu o "início do movimento sindical", quando uma chapa de oposição assume a direção, em 1981, e não na data de fundação do Sindicato (1963). Com isso destaca como o Sindicato não estava presente na vida deles neste período anterior, ou se estava não havia identidade de interesses e como, depois da conquista da direção, este se torna "um movimento".

A tarefa que Jaime assumiu foi de circular pelas comunidades do município para fazer trabalho de base e discussão política. Ele narra como eram estas reuniões:

O que mais discutia, claro, primeiro quando se fazia uma assembleia a grande pergunta que se fazia e eles se faziam, e eu fazia pra eles era o por que eles eram sem terras? Reunia cinquenta pessoas ou cem pessoas na assembleia do Sindicato pra discutir a questão agrária então tinha que fazer eles, as pessoas fazerem uma pequena reflexão: o por que eles eram sem terras? Tinha... eles tinham que dizer alguma coisa, por que não adiantava tu ir lá e dizer um monte de coisa daí as respostas. Em cima das respostas deles tu começava a fazer o trabalho e o debate. Aí uns diziam: "- Não, é que meu pai era doente, meu pai não teve mais condições" ou "- Meu pai perdeu a terra pro banco, o pai não sei o que". Mas, o que a gente já percebia é que aquela questão do pai dar como herança pro filho não tinha mais condições. Então o pai não tinha mais condições de dar terra pro filho trabalhar e os filhos na época queriam ficar na agricultura, aí claro, a gente perguntava pra eles: "- Vocês são vagabundo?" "- Não" "- Vocês bêbados?" "- Não!" daí a gente entrava: "Mas por que então existe trabalhador sem terras e existe tanta terra acumulada?" Aí a gente entrava com a explicação da distribuição da terra no país desde 1500, quem que morava aqui e como os portugueses, entre aspas, chegaram e como foi distribuído a terra desde até das capitânicas hereditárias<sup>70</sup>.

---

<sup>69</sup> Jaime Callegari. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Jaime, 59 anos, em Capanema-PR, 10 de janeiro de 2018, 73 min.

<sup>70</sup> Jaime Callegari. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Jaime, 59 anos, em Capanema-PR, 10 de janeiro de 2018, 73 min.

Em sua fala nota-se o desafio presente: famílias querendo permanecer na terra e sem condições de poder exercer este direito. O desafio colocado para o processo de formação e organização dos camponeses era questionar a condição vivida a partir de aspectos morais (se eram bêbados ou vagabundos), contrapô-los e aprofundar com questões históricas: o processo de concentração e distribuição de terras desde o processo de colonização do Brasil.

Nestas rodadas de discussão e formação, o Sindicato e a ASSESOAR desempenharam um papel importante de mapear as famílias sem terras nos municípios. Jaime relata como havia “um pessoal com 25, 26 anos que queriam terra e não tinham condições de comprar”, realçando um dos problemas históricos do campesinato: a insuficiência de terra para os filhos que desejavam permanecer na agricultura. Assim, nesta conjuntura, para enfrentar o problema da falta de terra, os camponeses organizaram o MASTES e ocuparam propriedades que não cumpriam a sua função social.

## **“Devagar que tenho pressa”: As Ocupações de Terras e as Noções Legitimadoras**

Havia na região muitos camponeses sem terras, expulsos do campo durante o processo de reestruturação produtiva. Este processo, como vimos, teve contribuição do Estado, que interveio financiando a mecanização da lavoura, a aquisição de implementos agrícolas, sementes e insumos, como os herbicidas e inseticidas. Ao mesmo tempo, incentivou e promoveu projetos de colonização na Amazônia. Muitos foram para esta nova fronteira agrícola, outros foram para as cidades e outros construíram práticas de luta e resistência por um pedaço de terra.

Às oposições sindicais, à mudança nos Sindicatos e na direção da Assesoar, soma-se as ocupações de terras improdutivas como outro enfrentamento aberto e direto às contradições vividas pelos camponeses da região Sudoeste. Para tanto, os camponeses elaboraram noções legitimadoras para as suas mobilizações e para as ocupações de terras improdutivas na região: o trabalho e a religião. Como construíram estas interpretações e essas noções legitimadoras? Edward Palmer Thompson (1998) ao analisar os motins de trabalhadores do campo e da cidade na Inglaterra do século XVIII questiona “o que as pessoas fazem quando estão com fome? Como o seu comportamento é modificado pelo costume, pela

cultura e pela razão?”.<sup>71</sup> Apontou para como as práticas de luta dos trabalhadores e camponeses na Inglaterra era acompanhado de uma *noção legitimadora*, isto quer dizer, “os homens e mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais”.<sup>72</sup>

A partir das reuniões promovidas pelos Sindicatos autênticos, eles constituíram diversas comissões municipais responsáveis por coordenar a luta pela terra nos municípios, buscar apoios e construir articulações. Em outubro de 1983, em assembleia, as comissões fundaram uma coordenação regional dos sem terra e deram o nome de Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná.

O MASTES, após realizar miniassembleias municipais para precisar e unificar propostas elaborou vários documentos de alerta às autoridades constituídas para o grave problema dos sem terra e as consequências que poderia advir em caso de não solução de seus problemas, ou seja, acesso à terra<sup>73</sup>.

Diante da insensibilidade do governo e em meio às contradições vividas pelos camponeses, era necessário ampliar novamente as formas de reivindicação. Jaime, mais à frente na entrevista destaca:

Se criou um aspecto de organizar todos os trabalhadores sem terras na região. Aí foi feito uma reunião no começo de [19]84 pra fazer esse debate, eu não me lembro a data, mas foi no início de 84 em um encontro em Francisco Beltrão pra discutir a questão agrária regional era lá na Assesoar<sup>74</sup>.

A reunião a que Jaime refere-se é o 1º Encontro Estadual de Integração e Luta pela Reforma Agrária e ocorreu, por sua vez, em 04 de dezembro de 1983, promovido pela Central Única dos Trabalhadores. A atividade reuniu 368 participantes de diversas organizações camponesas e urbanas e de diferentes municípios da região e do Estado. Se anteriormente, já havia ocorrido um diálogo entre diferentes organizações e entidades, a relação de diálogo se ampliou naquela conjuntura. Evidencia-se nesta dinâmica a relação entre o campo e a cidade como realidades não estanques, como bem

---

<sup>71</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum** – Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 151.

<sup>72</sup> Idem, p. 152.

<sup>73</sup> MASTES, 1986, p. 6.

<sup>74</sup> Jaime Callegari. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Jaime, 59 anos, em Capanema-PR, 10 de janeiro de 2018, 73 min.

mostra Raymond Williams<sup>75</sup>. Entidades com sede do espaço urbano, mas com atuação voltadas para os problemas do campo, somaram esforços.

No referido Encontro fizeram-se presentes os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, Salto do Lontra, Capanema, São João, Dois Vizinhos, Planalto, Chopinzinho, Enéas Marques, Santa Izabel do Oeste, Ampére, São Miguel do Iguaçu, Antonina, Pato Branco, Nova Prata, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Palmital, Guaraqueçaba, Renascença, Caxambu do Sul (SC), Chapecó (SC) além de outras organizações como a Assesoar, Incra, Acarpa, ITC, Seag, CPT, CUT e o Mastro<sup>76</sup>.

Tais organizações sociais elaboraram, após debates, 21 posicionamentos para orientar as suas ações. Dentre elas destacamos:

1 – Pela redistribuição de terras no Paraná, começando pelas terras do Estado e das empresas públicas e autarquias (Banestado, Copel, etc), e terras particulares inexploradas;

(...)

3 – Pela criação do módulo máximo, para impedir a concentração de terras;

(...)

5 – Agricultura para os agricultores. Que a terra seja de quem nela trabalha, vive e dela precisa para sobreviver;

(...)

8 – Que as entidades de classe, principalmente os Sindicatos que estão coniventes com o sistema dominante e contra os trabalhadores, sejam amplamente denunciados;

9 – Que o governo do Estado, como consequência de seu mandato popular, se empenhe a fundo para viabilizar áreas para assentamento dos sem terra no Paraná;

10 – Pelo fim da violência policial;

(...)

13 – Pela ocupação da terra como forma concreta de garantir a terra, habitando, plantando e conservando a terra conforme possibilidade;

(...)

15 – Que se mobilizem todas as forças possíveis para garantir ampla repercussão nos casos de despejo das áreas ocupadas e trabalhadas pelos sem terra<sup>77</sup>.

---

<sup>75</sup> WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>76</sup> CUT. Relatório da Plenária Regional. 1983, p.4-9.

<sup>77</sup> CUT. Relatório da Plenária Regional. 1983, p, 1 e 2.

Havia o conhecimento de áreas improdutivas (da união ou privadas) e por isso a primeira exigência é a redistribuição dessas áreas entre as famílias sem terras. No questionamento sobre a inexploração, ou improdutividade da terra, reivindicam a terra de trabalho, afinal a terra é para quem nela trabalha. É interessante notar como, para os camponeses, o fazendeiro não era considerado um “agricultor” pois não era ele que trabalhava a terra.

No mesmo encontro denunciam a violência policial e demonstram organização política e o fundamento da solidariedade ao destacar a necessidade de mobilização unitária para denunciar os despejos de famílias acampadas. Apresentam o antagonismo presente nos Sindicatos que não defendem e nem coordenam sua *classe*.

A partir deste encontro definiram, que as ocupações de fazendas improdutivas seriam uma das práticas sociais, organizadas para os camponeses enfrentarem a exclusão do acesso à terra. A ocupação como estratégia de luta para a conquista e seguida da necessidade de habitar (cultura), chamar de seu e trabalhar. A primeira ocupação organizada pelo MASTES ocorreu no dia 21 de junho de 1984, na fazenda Imaribo, no município de Mangueirinha. Jaime relata como isso ocorreu:

Quando a gente definiu, sei que era uma quinta feira de Corpus Cristi, a gente tinha jogo de futebol aqui no campo [da Comunidade Linha Carboni, em Capanema/PR]. A gente elegeu uma comissão e definiu a área e daí elegeu uma comissão menor de três pessoas que iam definir o dia e daí iam avisar esse conjunto de pessoas pra dizer: "é hoje!". Daí era umas cinco horas da tarde e veio dizer: "- Oh Jaime, é hoje que nós definimos". Aí eu saí articular o município de Capanema, aí já tinha mais ou menos encaminhado os caminhões e se articulamos e fomos carregando de madrugada e pra amanhecer sexta-feira e se bandiamo pra Mangueirinha. Eu embarquei aqui em Capanema já era umas três e pouco da manhã e fui até Mangueirinha, isso dá 250 quilômetros, com uma perna dentro do caminhão e outra fora. De tanta gente e bugiganga, mochila e essas coisas todas. Quando a gente chegou na ocupação, chegamos lá, nós fomos o último município a chegar. Tinha um caminhão atravessado em cima da ponte, uma ponte que tinha lá e um jagunço com uma arma, uma Winchester na mão e dizendo que nós não íamos ocupar. Eu cheguei e os companheiros, o Areolino disse: "- Oh, não dá pra ocupar que tem um cara lá e nós vamo ter que recuar" e eu na minha ansiedade, disse: "- Não, nós viemos aqui pra ocupá e vamo ocupá!". Aí veio um casal aqui de Capanema um tal de Neri Weirich e a mulher dele com

uma criança no colo, " -Nós vamos mesmo" e sem nada na mão, só eu com uma sacolinha com umas coisa pra comer, um sanduíche, com um boné "carga pesada" na cabeça, fomos lá enfrentá o cara. "- Nós vamo ocupá" e o cara puxou da arma e mirando pra nós, disse: " - Não vão!" e nós: "Vamo!", "- Não, vocês não vão" e ele ergueu a arma, " - E nós vamo ocupá". E nós fomos pra cima dele ele pegou e saiu. E ele: "- Bah, assim não dá" e saiu pra fora. Aí nós fizemos, eu fiz sinal e o pessoal veio. Claro que uma coisa interessante é que, quando nós fizemos o cálculo da ocupação era pra ter 400 famílias pra ocupação, no dia foi 81<sup>78</sup>.

A formação de comissões demonstra organização e o cuidado com a informação. Eram poucas pessoas que definiam o dia da ocupação, tática para que não ocorresse vazamento e contratempos. O relato é carregado de significados. Um deles refere-se ao caráter da organização: um pequeno grupo sabia o dia e o horário da ocupação, o conjunto dos camponeses foi informado no instante em que embarcaram para a viagem (numa madrugada fria e com "geada de erguer o chão"). Esta é uma característica para garantir a segurança da informação, para que ela não chegasse aos ouvidos do dono da fazenda antes e possibilitasse uma emboscada. Entretanto, mesmo com essa segurança o fazendeiro já havia se preparado para enfrentar os camponeses sem terra.

Outra característica era a do cálculo de famílias que deveriam ocupar a área. A coordenação do MASTES calculou cerca de 400 famílias, mas no dia fizeram a ocupação com 81. Como a experiência da ocupação era algo novo para aqueles camponeses (inclusive para as lideranças) e baseado em outras experiências como a da Anoni em Marmeleiro, na qual um camponês foi assassinado, podemos presumir que tudo isto influenciou na hora da decisão de participar.

A decisão de ocupar envolvia o sentimento de angústia por não haver muitas possibilidades de onde ir. Do mesmo modo, eram uma decisão e uma prática que em vários casos envolvia toda a família, inclusive as crianças.

A fazenda pertencia a Indústria e Comércio de Madeiras de Nelson Pizzani com 17.989 hectares. Na época esta empresa era uma devedora do Estado e a maior parte dela estava ociosa, ou seja, sem cumprir a função social e, segundo o Instituto de Terras e Cartografia (ITC), a área já estava

---

<sup>78</sup> Jaime Callegari. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Jaime, 59 anos, em Capanema-PR, 10 de janeiro de 2018, 73 min.

sendo negociada a mais de um ano<sup>79</sup>. Na sequência da ocupação o proprietário, por um lado, entrou na justiça com um pedido de reintegração de posse, que foi aceito pelo juiz de Coronel Vivida. Por outro lado, “o policiamento particular da empresa cercou a área ocupada com arame e não deixaram entrar alimentação, remédios, pessoas solidárias e nem ter acesso à lenha”<sup>80</sup>.

O ato de serem cercados criou uma mística sobre aquela ocupação. Os camponeses passaram a denominar aquele cerco onde estavam de Ilhas Malvinas (referência à guerra das Malvinas entre a Argentina e o Reino Unido em 1982). Não era só um cerco, estavam ilhados. Não era só pular a cerca, mas enfrentar os perigos do mar e do oceano, no caso: enfrentar os jagunços e os policiais. Diante da condição perigosa a qual estavam submetidos, o frio e a falta de alimentos, os camponeses se retiraram e montaram acampamento na beira da rodovia que liga Mangueirinha a Coronel Vivida, numa comunidade chamada Canhada Funda.

Jaime relata que foi “conversar com o padre e ele não quis”, disse que era questão a resolver com o presidente da comunidade, na sequência Jaime complementa: “nós viemos por conta. E aí como não deu muito problema, foi articulado com o movimento sindical que o acampamento tava aberto em dez dias nós já estávamos com mais de 300 famílias”. Este episódio trouxe aprendizados para os camponeses. Mais à frente no relato, Jaime destaca que

[...] a gente em vez de fazer ocupação direta a gente começou a fazer acampamento pra aglutinar e essa foi uma experiência. Pra aglutinar primeiro as pessoas, senão fosse fazer uma ocupação direta a gente não sabia quantas famílias que iam. Então, vamos fazer um acampamento, tu reúne, sabe quantas famílias tu tem aí, então tu vai para a ocupação. Aí foi um lugar, um aprendizado, uma experiência que a gente aprendeu. O início disso foi isso<sup>81</sup>.

O acampamento torna-se um importante espaço de organização dos camponeses, além de possibilitar a organização de um grupo mínimo para a ocupação, propiciava um processo de formação política entre os camponeses e ao mesmo tempo de se conhecerem, construírem uma identidade entre as famílias.

---

<sup>79</sup> POEIRA, ano 7, nº 34, 1984.

<sup>80</sup> Idem, p. 13.

<sup>81</sup> Jaime Callegari. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Jaime, 59 anos, em Capanema-PR, 10 de janeiro de 2018, 73 min.

As ocupações de terras e as oposições sindicais da época representam, do ponto de vista histórico, uma ruptura com formas antigas de organização política dos camponeses. A disputa pelo papel do instrumento político e a ação no campo político de ocupar as fazendas, representam uma mudança na prática sociopolítica dos camponeses da região para enfrentarem as contradições vividas.

A mudança na prática social surge quando determinadas circunstâncias (êxodo, seca, dívidas) e experiências anteriores (Grupos de Reflexão, Pastorais) levaram os camponeses a proporem outros projetos. Este processo, cujos momentos de maior efervescência são as oposições sindicais, a conquista da Assesoar pelos camponeses e as ocupações de terra, tem seus embriões nos Grupos de Reflexão que se iniciam em 1968 na região e que motivaram as trocas de cartas de denúncia e anúncio e também os abaixo-assinados. É, por sua vez, quando essas medidas menos drásticas não dão conta de resolver as contradições é que os camponeses se sentiram fortes para enveredar desafios mais diretos e coletivos.

## **Conclusão**

Os camponeses, mesmo com a Ditadura Militar e as contradições da reestruturação produtiva, refletiam, debatiam. A partir dos Grupos de Reflexão (CEBS), das ferramentas de comunicação e formação (Cambota e Alerta) e dos cursos de agricultura, percebemos como os camponeses não estavam ausentes do “jogo político” na região. A partir destes espaços os camponeses se integraram na política e se relacionaram/envolveram com as sociedades mais amplas a qual faziam parte.

As experiências rememoradas por Jaime, Seno e Daniel denotam como a Igreja foi um espaço de integração na política. De fato, ela foi uma instituição muito atuante na região. O objetivo, como vimos, de sua atuação era o de tornar o capitalismo mais humano e justo. Isto seria feito a partir do acesso a direitos como saúde, estradas, escolas e melhores preços. Visava com isso preservar a ordem baseada na propriedade privada e na família e se colocava como alternativa aos dois modos de produção: nem capitalismo, nem comunismo, mas sim o humanismo integral, ou vida cristã.

Um dos desdobramentos desta filosofia foram os Sindicatos foram outro desdobramento. Foram criados para ser um braço do Estado como forma de segurar o avanço das ideias comunistas no meio rural. Por outro



lado, por meio deles, os camponeses puderam acessar alguns direitos como escola, saúde, construção de estradas e armazéns. De 1968 em diante, a prática sindical, com o recrudescimento da repressão, se limitou a assistência médica e dentária.

Outro desdobramento importante desta atuação da Igreja foi a fundação da Assesoar, em 1966. Fundada com o objetivo de ser um centro para melhor atender a formação de líderes e catequistas. Ela atuou alicerçada na formação pastoral, por isso era inicialmente somente para camponeses católicos. Além da formação para leigos, ela incentivava debates para o cuidado do solo na região.

Os Grupos de Reflexão (também chamados de Comunidades Eclesiais de Base) foram espaços fomentados pela Igreja e assessorados pela Assesoar. O primeiro grupo data o ano de 1968 e em poucos anos somavam mais de dois mil grupos espalhados pela região. O objetivo era de que eles fossem espaços de reflexão e questionamento sobre as condições vividas a partir de leituras bíblicas, textos explicativos e notícias. Foram espaços que incentivavam práticas comunitárias de puxirão, construção de casas para os mais pobres, de capelas, faziam roças comunitárias para aquisição de bens para a comunidade, melhoria de espaços comunitários ou para a constituição de bibliotecas. Nestes grupos era, segundo a Assesoar, cultivada a “prática da vida cristã”.

Os Grupos de Reflexão foram instrumentos que incentivaram os camponeses a refletirem e a tomarem decisões sobre práticas coletivas. Debatiam alternativas de produção e foram um importante ponto de junção dos camponeses. Espaço que, além da reza, reunia os camponeses para celebrar e para discutirem sobre as contradições da vida e do trabalho no campo. Eram, ao mesmo tempo, um espaço religioso, mas também de debates políticos, de conspirações e de solidariedade. Nestes espaços, diferentes concepções e dimensões sobre a terra, o trabalho, o justo e o injusto se formaram. Estes grupos se constituíram como um espaço de acentuada agitação política no interior das comunidades do interior.

Os camponeses, reunidos nos Grupos de Reflexão, ao se depararem com as contradições advindas da seca, da reestruturação produtiva passam a questionar as relações de produção e a pobreza e constroem reivindicações ao Estado a partir de abaixo-assinados encaminhados às prefeituras da região.

Os Grupos de Reflexão, por sua vez, propiciaram um espaço de encontro entre os camponeses para discutirem seus problemas e formas co-

munitárias de resolvê-los. A partir deles se constituíram na região, diversas ações para enfrentar problemas como a falta de estruturas nas comunidades e a intensidade do trabalho. Algumas destas ações eram: os mutirões para colheitas coletivas, construção de casas para famílias de camponeses que não tinham, entre outras.

Entretanto, estas ações estavam longe de representar pressões suficientes para enfrentar a intensidade das contradições vividas no campo com o processo de reestruturação produtiva. As ocupações de cidades, prefeituras ou fazendas improdutivas, ferramentas históricas de pressão dos camponeses, estiveram ausentes na vida política desde 1957.

A partir de 1976 se intensificaram algumas disputas no interior dos instrumentos políticos do campesinato. Estes passaram a pressionar de maneira mais contundente o Estado e a própria Igreja. Tanto que, quando os camponeses passaram a tensionar as discussões sobre os problemas da concentração de terras na região, a ala mais conservadora e majoritária da Igreja se afasta e rompe com a Associação. Esta, por sua vez, passa a ser dirigida, pela primeira vez, por um camponês e, desta forma, a se inserir com maior ênfase nas discussões sobre o problema da terra e do Sindicato. Dessa forma, a Assesoar voltou-se para a formação de lideranças comunitárias para atuarem nos Grupos de Reflexão e motivou a participação e organização sindical. Se constituiu como um espaço de conspiração camponesa e de suas diferentes demandas.

Outro desdobramento desta radicalidade, além da conquista da direção da Assesoar, foi à disposição que os camponeses tiveram de disputar as direções sindicais. Foi um momento de intensas disputas com os Sindicatos pelegos da região. Um momento marcante desta disputa foi a greve dos suinocultores em que estes mesmos Sindicatos não apareceram e deram maiores motivos para que os camponeses em seus municípios fossem ao enfrentamento nas próximas eleições.

A partir deste contexto, os Sindicatos ampliaram os trabalhos de base nas comunidades da região, debatendo principalmente os problemas causados pela “modernização agrícola”, tais como a expulsão dos camponeses da terra e a concentração de terras. Uma atividade importante desempenhada pelo Sindicato combativo foi o levantamento de quantas famílias sem terras haviam nos municípios. Isto motivou a organização de outra prática social de enfrentamento: as ocupações de fazendas improdutivas.

As ocupações feitas pelos camponeses, primeiro na fazenda Anoni (Marmeleiro/PR, em 1983) e depois na fazenda Imaribo (Mangueirinha/PR,

em 1984), constituem práticas sociais como forma de questionar os aspectos negativos da reestruturação produtiva e, por seu turno, uma forma de se contrapor as políticas de colonização da Amazônia. O resultado destas primeiras ocupações foi à criação e o fortalecimento do MASTES que, posteriormente, ajudou a fundar o MST. Um aprendizado importante destas primeiras ocupações foi a necessidade de construir acampamentos na beira das rodovias como forma de denúncia, mas, sobretudo, para juntar forças políticas o suficiente para enfrentar o latifúndio improdutivo.

Estas práticas representam uma mudança em relação às formas de organização anteriores. Esta envolveu dialeticamente as circunstâncias e contradições (expropriação, seca, dívidas), ou como diria Florestan Fernandes, as condições revolucionárias, e envolvia também experiências políticas, sociais, culturais anteriores.

As ocupações de terras e as oposições sindicais da época representaram do ponto de vista histórico, uma ruptura com formas antigas de organização dos camponeses. A disputa pelo papel do instrumento político e a ação no campo político de ocupar as fazendas representaram uma mudança na prática sociopolítica dos camponeses da região para enfrentarem as contradições vividas.

A mudança na prática social surge quando determinadas circunstâncias (expropriação, seca, dívidas) e experiências anteriores (Grupos de Reflexão, Pastorais, *pequeno mundo*, mutirões) levaram os camponeses a proporem outros projetos. Este processo, cujos momentos de maior efervescência são as oposições sindicais, a conquista da direção da Assesoar pelos camponeses e as ocupações de terra, tem seus embriões nos Grupos de Reflexão que se iniciam em 1968 na região e que motivaram as trocas de cartas de denúncia, anúncio e também os abaixo-assinados. É, por sua vez, quando essas medidas menos drásticas não dão conta de resolver as contradições que os camponeses se sentiram fortes para enveredar desafios mais diretos e coletivos.